

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO NORTE



ORGANIZAÇÃO

Thales Augusto Penha
Luziene Dantas de Macedo
Juliana Bacelar de Araújo

AUTORES ENVOLVIDOS

Thales Augusto Penha
Julia Rocha Araújo
William Eufrásio Nunes Pereira
Luziene Dantas de Macedo
Odair Lopes Garcia

COLABORADORES

Ellitamara Alves de Oliveira
Jacinto Isidorio Neto

Agosto, 2021

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

UERN

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Francisco Fabiano de Freitas Mendes



Conselho Editorial

José Elesbão de Almeida

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Maria José Costa Fernandes

José Cezinaldo Rocha Bessa

Capa

Ellitamara Alves de Oliveira Melo

Diagramação

Maria Helena de Medeiros

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Boletim de conjuntura econômica do Rio Grande do Norte [recurso eletrônico] / Thales Augusto Penha, Luziene Dantas de Macedo, Juliana Bacelar de Araújo (Organizadores). – Mossoró, RN: EDUERN, 2021.

51p. : il., PDF

ISBN: 978-65-88660-15-7

1. Conjuntura econômica. 2. Economia. 3. Rio Grande do Norte. I. Penha, Thales Augusto. II. Macedo, Luziene Dantas de. III. Araújo, Juliana Bacelar de. IV. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. V. Título.

UERN/BC

CDD 330

Bibliotecário: Petronio Pereira Diniz Junior CRB 15 / 782

Editora filiada à:



Meus amigos e minhas amigas,

O Programa de Divulgação e Popularização da Produção Científica, Tecnológica e de Inovação para o Desenvolvimento Social e Econômico do Rio Grande do Norte, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegou o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, UFERSA e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuir para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

Boa leitura e bons aprendizados!



Fátima Bezerra

Governadora do Rio Grande do Norte

Sumário

1. PRODUTO INTERNO BRUTO E ESTRUTURA PRODUTIVA.....	7
2. COMPORTAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	12
3. VALOR DA PRODUÇÃO PECUÁRIA.....	15
4. COMPORTAMENTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	16
5. COMÉRCIO.....	18
6. SERVIÇOS.....	20
7. FINANÇAS PÚBLICAS.....	21
8. BALANÇA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	28
9. INFRAESTRUTURA.....	34
10. MERCADO DE TRABALHO.....	44

1 PRODUTO INTERNO BRUTO E ESTRUTURA PRODUTIVA

O Produto Interno Bruto (PIB), a preços constantes do Rio Grande do Norte, atingiu R\$ 66,97 bilhões em 2018, segundo os dados das Contas Regionais publicados pelo IBGE. Nesse ano, a participação potiguar no PIB nacional foi de aproximadamente 1,0%, mantendo-se no mesmo nível observado nos anos anteriores. Com esse resultado, o Estado ficou na 16ª posição entre as demais Unidades da Federação. A participação do Estado na formação do PIB a preços constantes do Nordeste foi de 6,7%, também mantendo a contribuição observada nos três anos anteriores.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto (valores constantes¹) - Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte - 2014-2018

Milhões Reais

ÁREA	2014	2015	2016	2017	2018
BR	7.279.699	7.021.577	6.791.556	6.881.400	7.004.141
NE	1.052.602	1.017.320	971.058	987.058	1.004.827
RN	69.598	68.208	65.466	65.809	66.970
RN/BR (%)	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
RN/NE (%)	6,6	6,7	6,7	6,7	6,7

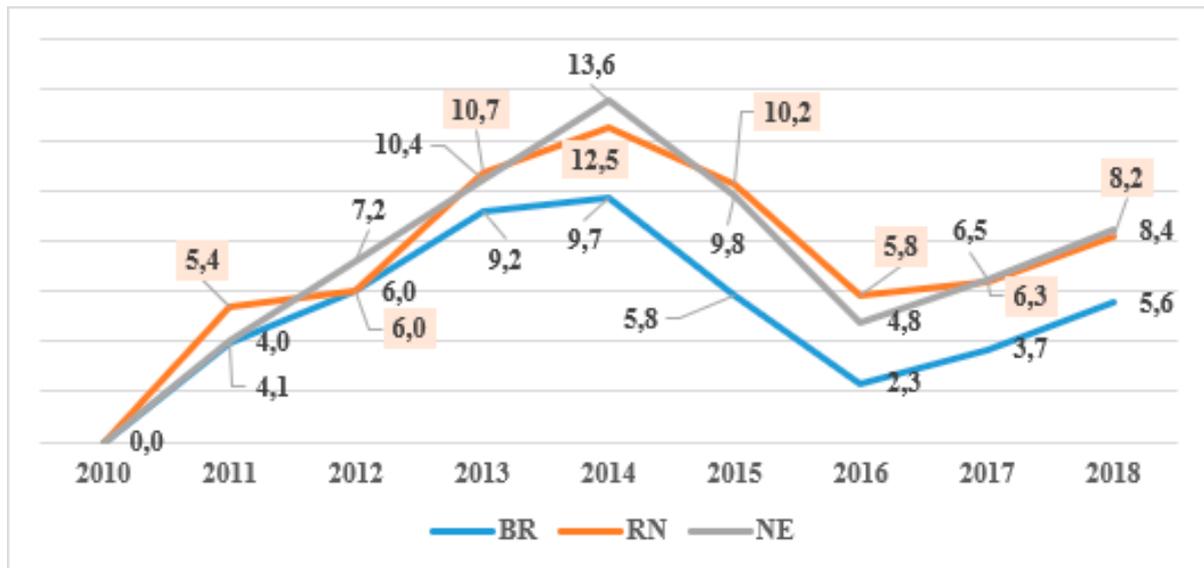
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Elaboração própria.

¹A preços de 2018, deflacionados pelo deflator implícito do PIB estadual/regional/nacional.

Tomando-se o ano de 2010 como base, observa-se que a taxa de crescimento do PIB potiguar, a preços constantes, representada no Gráfico 1 abaixo, ficou constantemente acima da nacional ao longo do período. A taxa de crescimento regional também foi maior que a nacional.

A taxa de crescimento do PIB a preços constantes da Região Nordeste ficou próxima da potiguar, com relativa alternância entre as taxas anuais. O maior crescimento da taxa potiguar em relação à brasileira, dado seu valor, não foi suficiente para alterar significativamente sua participação na formação no PIB nacional, ficando em torno de 1,0% durante o período de 2014 a 2018, como se viu acima. O mesmo efeito pode ser observado em relação à participação do Estado no PIB regional, que foi de 6,7% nos anos de 2015 a 2018.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento do PIB a preços constantes. Brasil e Nordeste e Rio Grande do Norte, 2010-2018



Fonte: IBGE. Sistema de Contas Regionais.

Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB estadual/nacional a preços de 2018. Elaboração própria.

O valor do PIB *per capita* potiguar em 2018 foi de R\$ 19.249,60, correspondendo a cerca de 57,4% do PIB *per capita* nacional, que atingiu R\$ 33.593,82. Com esse resultado, o Rio Grande do Norte ficou na 19ª posição entre os estados brasileiros.

O volume do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Rio Grande do Norte, a preços constantes de 2018, foi de R\$ 59,58 bilhões em 2018, segundo os dados do IBGE expostos na Tabela 2, crescendo 1,8% em relação a 2017. Essa foi a maior taxa de crescimento observada no período abordado, pois em 2014 o Estado cresceu 1,1% em relação ao ano anterior, seguindo-se dois anos de taxas negativas (-2,0% e -3,9%) e um pequeno incremento de 0,5% entre 2016 e 2017.

Os resultados agregados dos três setores econômicos, mostram que nos dois últimos anos as atividades da Agropecuária cresceram 9,5% e 17,4%, revertendo dois anos de resultados negativos, em 2015 e 2016 (-3,1% e -4,6%, respectivamente). O setor industrial, por sua vez, apresentou resultados negativos em todos os anos, variando de -1,4% em 2014, -2,5% em 2015, -3,4% em 2016, -6,7% em 2017 e -3,1% em 2018. Os Serviços alternaram anos de crescimento como em 2014 (2,0%), anos de queda (-1,4% e -3,6%) nos dois anos seguintes, com recuperação de 1,7% em 2017 e 2,1% em 2018. Como consequência, ocorreu uma alteração no peso relativo de cada setor na composição do VAB do Estado: a agropecuária passou de 3,5% nos anos de 2014 a 2016, para 4,4% em 2018; o setor industrial caiu de 21,6% em 2014, para 19,1% em 2018 e os Serviços passaram de 74,7% em 2014 para 76,6% em 2018.

Dentre as indústrias que compõem o setor industrial, as indústrias extrativas apresentaram os piores resultados agregados. Em termos monetários, os valores deflacionados foram decrescentes ao longo do período, caindo de R\$ 2,42 bilhões em 2014 para R\$ 1,75 bilhões em 2018, uma queda de 27,9% no período. Com isso, a participação da Indústria Extrativa na formação do VAB caiu 1,0 ponto percentual entre 2014 e 2018.

O comportamento da indústria de transformação foi semelhante, mas com redução de 20,7% em seu VAB no período de 2014 a 2018, embora em alguns anos sua queda relativa tenha sido maior que a da indústria extrativa. Como consequência, seu peso relativo na formação do VAB caiu consistentemente de 7,7% em 2014 para 6,4% em 2018. Contrastando com os demais participantes do setor, as atividades ligadas à produção e distribuição de Eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos e descontaminação cresceram significativamente ao longo do período, com seu VAB a preços constantes passando de R\$ 2,3 bilhões em 2014 para R\$ 3,15 bilhões em 2018, crescendo 35,1%. Assim, sua participação na estrutura econômica do Estado passou de 3,8% em 2014 para 5,3% em 2018. O VAB da Construção a preços constantes caiu de cerca de R\$ 3,8 bilhões em 2014 para R\$ 2,7 bilhões em 2018, o que fez com que a participação da indústria da Construção no VAB caísse de 6,2% em 2014 para 4,5% em 2018.

O setor de Serviços respondeu por cerca de 76,6% do VAB do Rio Grande do Norte em 2018. Seu VAB a preços constantes, entretanto, caiu de R\$ 46,2 bilhões em 2014 para R\$ 45,6 bilhões em 2018. No conjunto das atividades envolvidas nesse setor, as atividades da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social destacam-se com participação cujo pico atingiu 29,7% em 2016, mantendo-se em 29,6% em 2017 e 29,3% em 2018. O VAB a preços constantes dessas atividades cresceu 1,0% no período, passando de R\$ 17,3 bilhões em 2014, para R\$ 17,5 bilhões em 2018.

As atividades de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas contribuíram com 14,7% do VAB em 2014, caindo nos dois anos seguintes, recuperando-se parcialmente em 2017 (13,7%), e terminando o período com 13,8%. Em termos monetários, o VAB dessas atividades foi reduzido em 9,7%, caindo de R\$ 9,1 bilhões em 2014 para R\$ 8,2 bilhões em 2018.

A participação relativa no VAB das atividades Imobiliárias passou de 9,1% em 2014 para 9,7% em 2018, sendo que seu VAB a preços constantes cresceu 3,4%, passando de R\$ 5,6 bilhões em 2014, para R\$ 5,8 bilhões em 2018. As atividades profissionais, científicas e técnicas e serviços complementares atingiram o pico de 6,4% de participação no VAB em 2017, ficando em 6,3% em 2018; seu valor cresceu 12,4%, passando de R\$ 3,3 bilhões em

2014 para R\$ 3,7 bilhões em 2018. Alojamento e alimentação e atividades financeiras, com participação na casa dos 3,0% na composição do VAB, completam as principais atividades do Setor Serviços.

Tabela 2 - Valor Adicionado Bruto, a preços constantes, por Atividade Econômica do Rio Grande do Norte, 2014 – 2018

ATIVIDADES	VAB A PREÇOS CONSTANTES (R\$ 1.000.000)					PARTICIPAÇÃO NO VAB (%)					TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO VAB (%)				
	2014	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016	2017	2018
Total das Atividades	61 830	60 578	58 213	58 516	59 576	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1,1	-2,0	-3,9	0,5	1,8
Agropecuária	2 186	2 118	2 020	2 211	2 597	3,5	3,5	3,5	3,8	4,4	6,9	-3,1	-4,6	9,5	17,4
Indústria	13 350	13 021	12 580	11 737	11 373	21,6	21,5	21,6	20,1	19,1	-1,4	-2,5	-3,4	-6,7	-3,1
Indústrias extrativas	2 429	2 355	2 334	1 908	1 750	3,9	3,9	4,0	3,3	2,9	-5,0	-3,0	-0,9	-18,3	-8,3
Indústrias de Transformação	4 785	4 545	4 285	3 985	3 796	7,7	7,5	7,4	6,8	6,4	-1,6	-5,0	-5,7	-7,0	-4,7
Eletricidade e gás, água, esgoto, ativ. de gestão de res e descon	2 333	2 599	2 947	3 101	3 153	3,8	4,3	5,1	5,3	5,3	6,6	11,4	13,4	5,2	1,7
Construção	3 804	3 523	3 014	2 743	2 673	6,2	5,8	5,2	4,7	4,5	-3,2	-7,4	-14,4	-9,0	-2,5
Serviços	46 210	45 552	43 904	44 658	45 606	74,7	75,2	75,4	76,3	76,6	2,0	-1,4	-3,6	1,7	2,1
Com. e repar. de veículos autom. e motoc.	9 077	8 483	7 693	7 813	8 194	14,7	14,0	13,2	13,4	13,8	4,1	-6,5	-9,3	1,6	4,9
Transporte, armazenagem e correio	1 675	1 580	1 338	1 280	1 300	2,7	2,6	2,3	2,2	2,2	9,5	-5,7	-15,3	-4,3	1,5
Alojamento e alimentação	1 881	1 807	1 752	1 821	1 863	3,0	3,0	3,0	3,1	3,1	2,0	-4,0	-3,0	3,9	2,4
Informação e comunicação	925	973	898	951	916	1,5	1,6	1,5	1,6	1,5	3,9	5,2	-7,7	5,9	-3,6
Ativ. financeiras, seguros e serv. relac.	2 033	2 033	1 978	2 020	2 043	3,3	3,4	3,4	3,5	3,4	8,1	0,0	-2,7	2,1	1,2
Atividades Imobiliárias	5 606	5 589	5 638	5 691	5 797	9,1	9,2	9,7	9,7	9,7	1,2	-0,3	0,9	0,9	1,9
Ativ. profissionais, científicas e técnicas, adm. e serv. Compl.	3 331	3 423	3 487	3 719	3 744	5,4	5,6	6,0	6,4	6,3	8,4	2,8	1,9	6,7	0,7
Administração, defesa, educação e saúde públ. e segur. social	17 298	17 385	17 003	17 241	17 479	28,0	28,7	29,2	29,5	29,3	-0,6	0,5	-2,2	1,4	1,4
Educação e saúde privadas	2 545	2 518	2 470	2 416	2 542	4,1	4,2	4,2	4,1	4,3	0,5	-1,0	-1,9	-2,2	5,2
Outras atividades de serviços	1 840	1 760	1 646	1 706	1 728	3,0	2,9	2,8	2,9	2,9	-1,9	-4,3	-6,5	3,7	1,3

Fonte: IBGE - Contas Regionais. Elaboração própria.

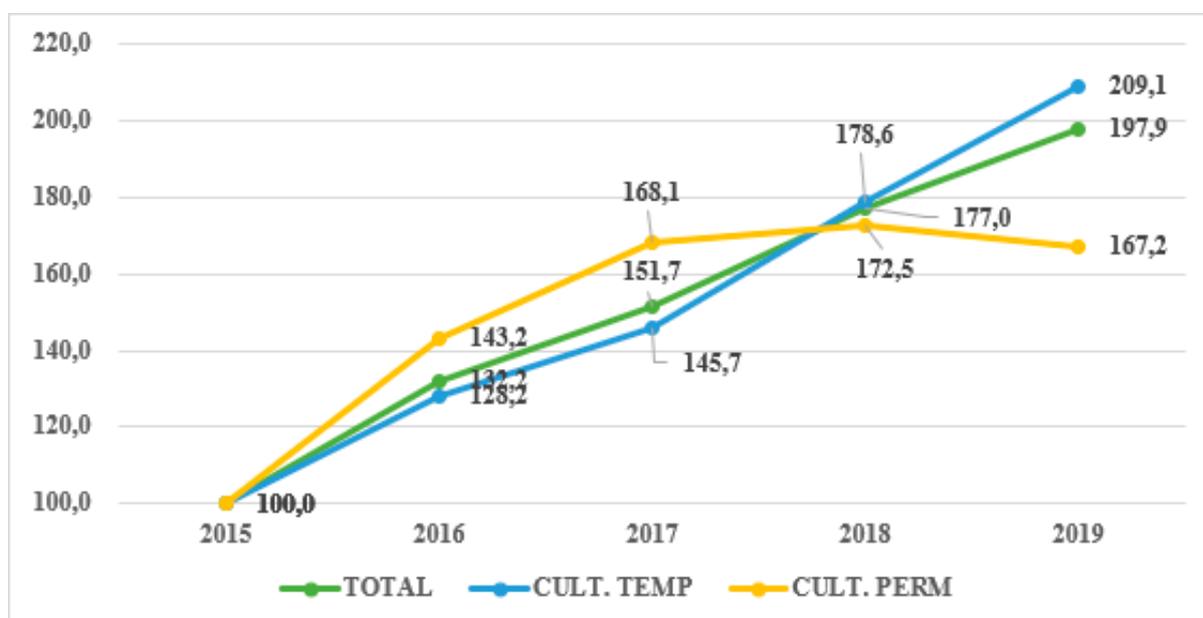
Nota: Valores a preços de 2018, deflacionados pelo deflator implícito do PIB estadual e setorial.

2 COMPORTAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A produção agrícola do Estado cresceu 97,9 % em termos reais entre 2015 e 2019, sendo um resultado consistente, uma vez que ocorreu crescimento significativo ao longo de todo o período, como pode ser observado na Tabela 3. Deve ser destacado que esse crescimento ocorreu sobre uma base afetada pela sequência de resultados decorrentes de estiagens prolongadas.

As culturas temporárias são responsáveis por mais de 70,0% do valor total da produção estadual, e cresceram 109,1% nesse período, enquanto as culturas permanentes se expandiram 67,2%. A variação anual da produção revela que o ano de 2016 apresentou a maior taxa de crescimento (32,2%), sendo que nesse ano o valor da produção das culturas permanentes cresceu 43,2%. Nos anos seguintes, a taxa de crescimento da produção agrícola estadual ficou entre 16,7% e 11,8%, com a expansão do valor das culturas permanentes superando o das culturas temporárias em 2017. Nos dois anos seguintes, entretanto, o crescimento do valor das culturas permanentes foi de 2,6%, em 2018, e -3,15% em 2019, diferentemente do observado para as culturas temporárias.

Gráfico 2 - Valor da Produção Agrícola do Rio Grande do Norte, 2015 -2019



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Valores deflacionados pelo IPCA a preços de 2020. Elaboração própria.

A composição da produção agrícola do Estado não sofreu alterações significativas no período. A cana-de-açúcar e as culturas frutíferas são as mais importantes no conjunto das culturas temporárias. Em 2019, as culturas de abacaxi (7,9%), melancia (16,7%) e melão

(25,9%) somavam cerca da metade do valor produzido. O valor da produção de cana-de-açúcar, entretanto, respondeu por 32,2% do total das culturas temporárias.

Entre as culturas permanentes, o valor da produção de banana representou cerca de 40% do total produzido ao longo do período, seguido da cultura do mamão (cerca de 18%), castanha de caju (11,5% em média), manga (11%) e coco da baía (com aproximadamente 10%).

De modo geral, com exceção da produção da cana-de-açúcar, a fruticultura responde por grande parte da produção agrícola do Estado. A produção de alimentos fica restrita à produção de feijão, batata doce, mandioca, arroz, cebola e milho. O valor da produção dessas culturas variou durante o período de 2015 a 2019, como reflexo de sua dependência em relação às condições climáticas, entre outros motivos que reduzem a sua produtividade.

Tabela 3 - Composição do Valor Corrente da Produção Agrícola do Rio Grande do Norte - 2015 – 2019

CULTURAS	ANOS					PART. %				
	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
TOTAL	1.017.702	1.265.355	1.410.505	1.586.998	1.701.125	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL CULT TEMP	745.049	898.404	991.820	1.172.466	1.315.903	73,2	71,0	70,3	73,9	77,4
TOTAL CULT PERM	272.396	366.911	418.544	413.872	384.659	26,8	29,0	29,7	26,1	22,6
CULTURAS TEMPORÁRIAS										
Abacaxi	106.464	109.509	74.303	73.242	103.694	14,3	12	7,5	6,2	7,9
Algodão herbáceo	220	1.202	1.352	1.311	2.460	0,0	0	0,1	0,1	0,2
Arroz (em casca)	4.000	4.347	4.418	4.055	5.488	0,5	0	0,4	0,3	0,4
Batata-doce	21.250	25.061	50.142	37.631	55.919	2,9	3	5,1	3,2	4,2
Cana-de-açúcar	280.543	326.010	394.689	363.104	423.916	37,7	36	39,8	31,0	32,2
Cebola	5.306	4.899	1.876	5.744	16.920	0,7	1	0,2	0,5	1,3
Fava (em grão)	716	2.137	3.656	4.559	8.927	0,1	0	0,4	0,4	0,7
Feijão (em grão)	8.058	12.711	26.295	48.214	48.652	1,1	1	2,7	4,1	3,7
Mandioca	38.459	45.275	67.299	76.355	54.450	5,2	5	6,8	6,5	4,1
Melancia	60.961	78.388	102.863	216.473	219.366	8,2	9	10,4	18,5	16,7
Melão	211.415	282.170	256.710	316.219	340.320	28,4	31	25,9	27,0	25,9
Milho (em grão)	3.049	3.005	3.642	19.397	22.522	0,4	0	0,4	1,7	1,7
Sorgo (em grão)	89	203	748	339	220	0,0	0	0,1	0,0	0,0
Tomate	4.519	3.487	3.827	5.823	13.049	0,6	0	0,4	0,5	1,0
CULTURAS PERMANENTES										
Abacate	3.042	415	477	426	1.552	1,1	0,1	0,1	0,1	0,4
Banana (cacho)	105.514	159.752	189.736	169.186	156.292	38,7	43,5	45,3	40,9	40,6
Castanha de caju	42.385	50.435	33.377	43.378	48.827	15,6	13,7	8,0	10,5	12,7

Coco-da-baía	23.703	38.329	43.805	46.480	35.732	8,7	10,4	10,5	11,2	9,3
Goiaba	2.957	4.405	4.248	3.663	3.229	1,1	1,2	1,0	0,9	0,8
Laranja	1.223	720	590	525	522	0,4	0,2	0,1	0,1	0,1
Limão	330	292	298	221	468	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Mamão	46.312	72.259	72.744	64.355	69.821	17,0	19,7	17,4	15,5	18,2
Manga	32.451	33.809	34.950	34.931	53.834	11,9	9,2	8,4	8,4	14,0
Maracujá	14.433	6.394	38.257	50.600	14.312	5,3	1,7	9,1	12,2	3,7
Sisal ou agave	46	49	14	29	19	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Uva	-	52	48	78	51	-	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria.

3 VALOR DA PRODUÇÃO PECUÁRIA

O valor da produção pecuária do Estado correspondeu a cerca de 50,0% do valor da produção agrícola. No período de 2015 a 2019, o valor constante da produção acumulado cresceu 86,1%, sendo que a variação anual da produção oscilou entre 1,5% em 2016 a 33,2% em 2019.

Tabela 4 - Valor da Produção da Pecuária do Rio Grande do Norte, 2015 -2019

Mil Reais

ANO	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	VAR. ANUAL	TAXA DE VAR
2015	585.753	473.311	-	100,0
2016	559.626	480.634	1,5	101,5
2017	632.683	559.394	16,4	118,2
2018	721.064	661.417	18,2	139,7
2019	920.826	881.026	33,2	186,1

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal. Valores deflacionados pelo IPCA a preços de 2020. Elaboração própria.

O valor da produção de leite respondeu por cerca de 66,0% do valor total da produção nos três primeiros anos da série, perdendo participação nos dois últimos anos. O valor da produção de ovos de galinha apresentou crescimento consistente nos três últimos anos, elevando sua participação significativamente, atingindo 41,3% no ano de 2019. O valor da produção de mel de abelha mostrou um crescimento significativo nos anos de 2018 e 2019, mas, somado ao valor da produção de ovos de codorna, fica abaixo de 1,0% do total do valor da produção.

Tabela 5 - Composição da Produção da Pecuária do Rio Grande do Norte – 2015 - 2019

Mil Reais

ANOS	VALOR DA PRODUÇÃO					PARTICIPAÇÃO %			
	Total	Leite	Ovos galinha	Ovos codorna	Mel abelha	Leite	Ovos galinha	Ovos codorna	Mel
2015	585.753	383.489	198.037	1.473	2.754	65,5	33,8	0,3	0,5
2016	559.626	372.230	183.493	1.475	2.428	66,5	32,8	0,3	0,4
2017	632.683	411.008	217.323	2.252	2.100	65,0	34,3	0,4	0,3
2018	721.064	452.057	263.382	2.052	3.573	62,7	36,5	0,3	0,5
2019	920.826	532.432	380.371	2.734	5.289	57,8	41,3	0,3	0,6

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal. Elaboração própria.

4 COMPORTAMENTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

A principal fonte de informação agregada sobre a indústria no Brasil é a Pesquisa Industrial Anual (PIA) publicada pelo IBGE, cujos dados mais recentes são de 2019. A indústria extrativa mineral respondeu por 33,9% do VTI da indústria potiguar em 2016, 32,1% em 2017, 36,4% em 2018 e 40,0% em 2019. A extração de petróleo e gás natural contribuiu com 22,9%, 22,4%, 27,6% e 32,9% do total do VTI, sendo a principal atividade na transformação do valor industrial da indústria potiguar em 2018 e 2019. Na indústria extrativa, a extração de minerais não metálicos respondeu por 8,5%, 8,0%, 7,7% e 6,1% do VTI anual entre 2016 e 2019.

A indústria de transformação complementa o VTI, com uma participação de 66,1%, 67,9%, 63,6%, e 60,0% nos anos mencionados. Entre suas atividades, em 2019, a fabricação de coque, derivados de petróleo e de biocombustíveis (25,5%), fabricação de produtos alimentícios (12,6%), confecção de artigos do vestuário (5,1%), fabricação de produtos de minerais não-metálicos (4,4%), fabricação de bebidas (3,0%) e fabricação de produtos têxteis (2,9%) apresentaram as maiores participações no VTI da indústria de transformação do Rio Grande do Norte. É importante salientar que algumas dessas atividades perderam participação relativa no VTI estadual nos últimos anos, como a indústria de produtos têxteis, a indústria de confecções e a indústria de fabricação de bebidas.

Tabela 6 - Valor da Transformação Industrial do Rio Grande do Norte, 2016 - 2019

DIVISÃO E ATIVIDADES	VTI (R\$ mil)				PARTICIPAÇÃO NO VTI (%)			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Total	7 187 736	7 443 045	8 482 032	9 422 890	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústrias extrativas	2 433 471	2 392 414	3 089 888	3 765 410	33,9	32,1	36,4	40,0
Extr. de petróleo e gás natural	1 643 547	1 666 874	2 339 144	3 102 463	22,9	22,4	27,6	32,9
Extr. de minerais metálicos	12 656	16 032	18 466	12 487	0,2	0,2	0,2	0,1
Extr. de minerais não-metálicos	612 733	597 940	652 992	575 855	8,5	8,0	7,7	6,1
Ativ. de apoio à Extr. de minerais	164 535	111 568	79 286	74 605	2,3	1,5	0,9	0,8
Indústrias de transformação	4 754 265	5 050 631	5 392 144	5 657 480	66,1	67,9	63,6	60,0
Fab. de prod. Alimentícios	790 440	919 498	1 059 755	1 188 269	11,0	12,4	12,5	12,6
Fab. de bebidas	349 601	476 385	365 010	281 889	4,9	6,4	4,3	3,0
Fab. de prod. têxteis	355 619	362 093	318 113	272 645	4,9	4,9	3,8	2,9
Conf. de Art. do vestuário e acessórios	502 875	477 259	584 363	480 781	7,0	6,4	6,9	5,1
Prep. de couros e Fab. de artefatos	3 018	1 154	1 292	1 172	0,0	0,0	0,0	0,0
Fab. de prod. de madeira	9 557	16 776	13 331	11 580	0,1	0,2	0,2	0,1
Fab. de celulose, papel e prod. de	14 263	12 993	25 112	19 530	0,2	0,2	0,3	0,2
Impressão e reprodução de gravações	34 402	27 513	31 241	25 852	0,5	0,4	0,4	0,3
Fab. de coque, de prod. Der. Do petrol. E bioc.	1 704 117	X	2 027 402	2 401 678	23,7	-	23,9	25,5
Fab. de prod. Químicos	71 976	90 359	131 502	86 177	1,0	1,2	1,6	0,9
Fab. de prod. de borracha e de material	143 136	101 627	54 022	132 900	2,0	1,4	0,6	1,4
Fab. de prod. de minerais não-metálicos	272 882	324 371	440 396	415 438	3,8	4,4	5,2	4,4
Metalurgia	2 536	1 227	976	827	0,0	0,0	0,0	0,0
Fab. de prod. de metal, exceto maq. E equip.	29 034	29 621	45 907	35 628	0,4	0,4	0,5	0,4
Fab. de equip. de informática, prod. Eletr. E opeticos	712	1 014	6 664	3 962	0,0	0,0	0,1	0,0
Fab. de maq., aparelhos e mat. elétricos	4 549	2 121	6 534	9 449	0,1	0,0	0,1	0,1
Fab. de maq. e equip.	19 077	20 603	20 716	27 019	0,3	0,3	0,2	0,3
Fab. de veículos automotores, reboques e	6 887	3 776	5 027	10 963	0,1	0,1	0,1	0,1
Fab. de móveis	17 311	24 489	34 153	46 315	0,2	0,3	0,4	0,5
Fab. de prod. diversos	40 712	47 993	28 077	46 158	0,6	0,6	0,3	0,5
Manuntenção, reparação e instal de maq. E equip.	361 220	136 229	158 459	122 809	5,0	1,8	1,9	1,3

Fonte: IBGE. PIA Empresa. Elaboração Própria.

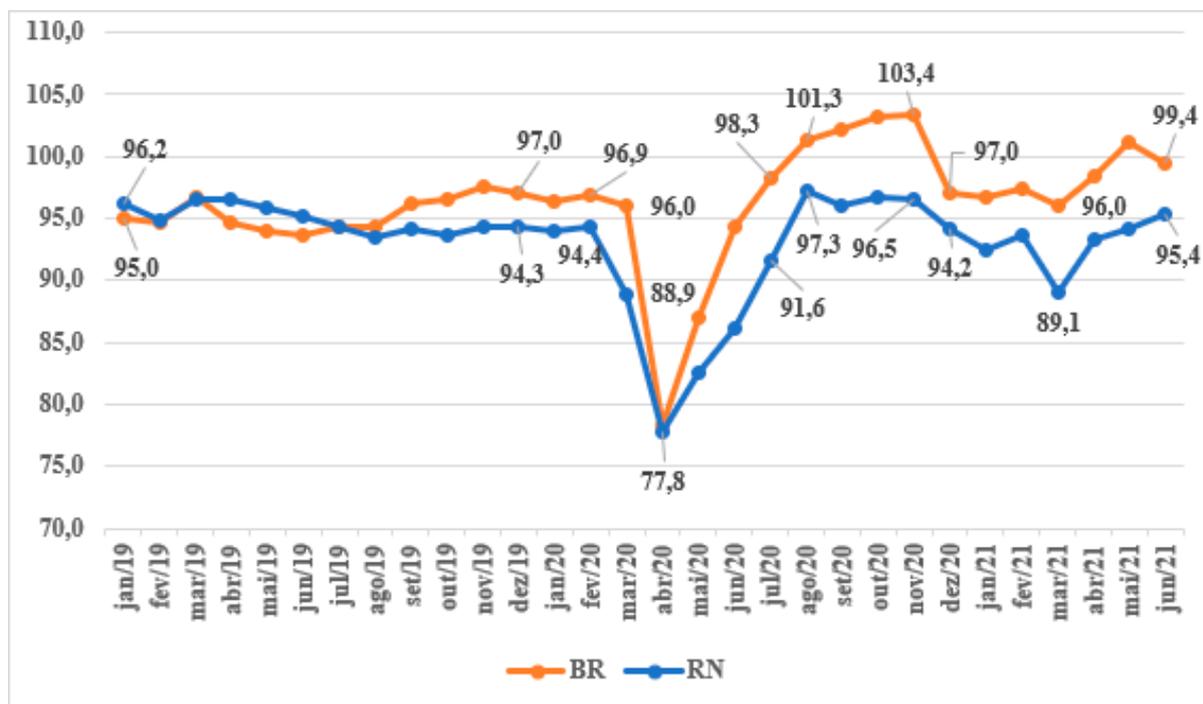
5 COMÉRCIO

A evolução do Índice do valor das vendas do Comércio Varejista Ampliado, para o período de janeiro de 2019 a junho de 2021, com ajuste sazonal e com base no ano de 2014, mostra que, com exceção dos primeiros meses do ano de 2019, o desempenho do Rio Grande do Norte ficou abaixo do verificado no Brasil. O início das restrições provocadas pela disseminação da pandemia da Covid-2019 foi manifestado mais fortemente no Estado, com uma redução de 94,4% em fevereiro para 88,9% em março de 2020, enquanto no país o recuo inicial foi de apenas 0,9%. Entretanto, em abril desse mesmo ano os dois indicadores apresentaram um valor bastante aproximado (77,8% no Estado e 78,3% no Brasil).

O processo de recuperação do índice, fortemente influenciada pelas medidas adotadas pelo Governo Federal, após forte pressão popular e mesmo diante da demora na execução, em especial pelo Auxílio Emergencial, ocorreu mais rapidamente no nível nacional. Em julho de 2020, o índice do Brasil (98,3%) já havia ultrapassado o valor de dezembro de 2019 (97,0%). No Rio Grande do Norte, somente em agosto (97,3%) o índice superou o pico verificado em fevereiro de 2020.

A redução do valor do auxílio e sua posterior suspensão repercutiu no volume de vendas fazendo com que o índice local atingisse seu segundo pior nível em março de 2021. No país a queda também foi significativa, mas em menor proporção. Em junho de 2021, o valor do índice local estava abaixo do verificado em janeiro de 2019, enquanto o nacional estava 4,4 pontos percentuais acima.

Gráfico 3 - Índice de Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado¹, com ajuste sazonal, (índice base fixa - 2014=100) do Brasil e do Rio Grande de Norte, janeiro 2019 a junho de 2021



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Comércio.

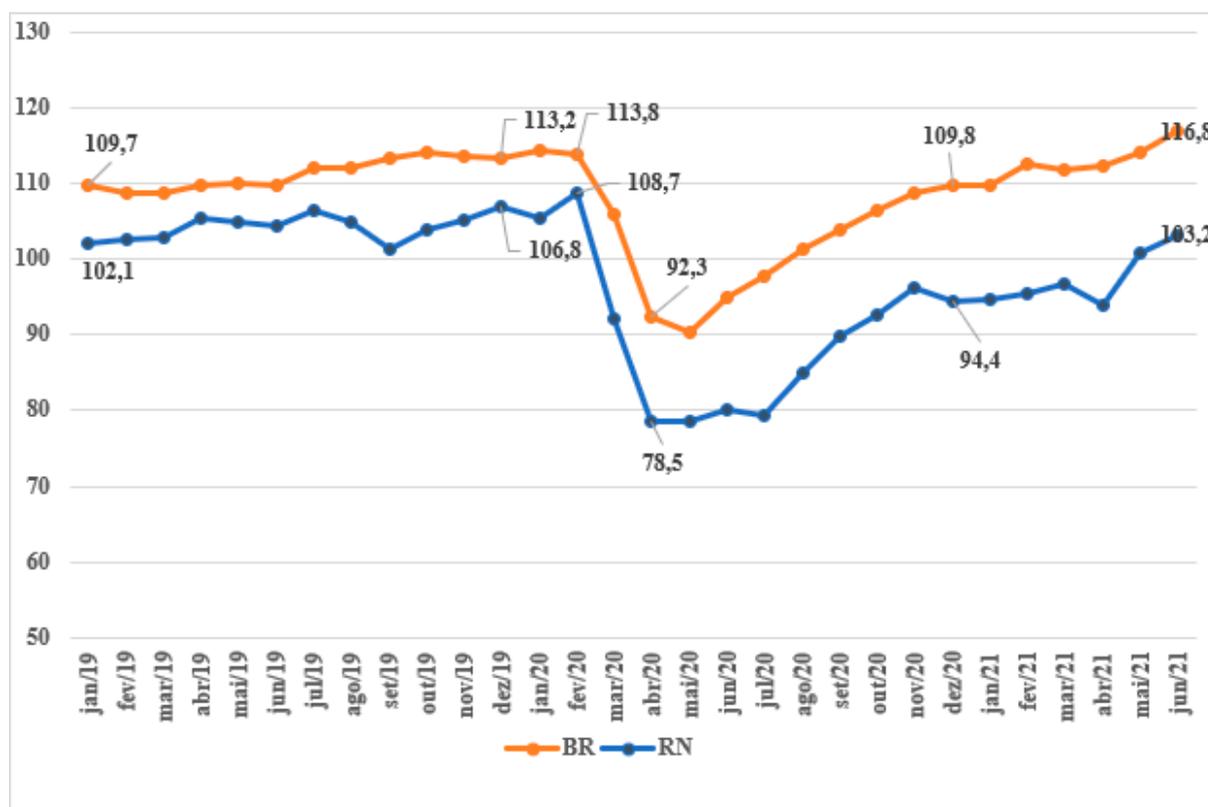
¹ O índice de Comércio Varejista Ampliado é composto pelos itens que compõem o varejo mais o segmento de Veículos e motocicletas, partes e peças e de Material de Construção.

6 SERVIÇOS

O índice da receita nominal das atividades de Serviços, com base fixa em 2014, com ajuste sazonal, apresentado no Gráfico 4 para o período de janeiro de 2019 a junho de 2021, revela que o desempenho do setor no Rio Grande do Norte ficou sistematicamente abaixo do verificado no país.

A queda significativa ocorrida entre fevereiro e abril de 2020 foi mais pronunciada no Estado que no Brasil e a recuperação observada nos meses seguintes também foi mais lenta. Os maiores índices observados nas duas séries ocorreram em janeiro de 2020 (113,8% no Brasil e 108,7% no RN), sendo ultrapassado em maio de 2021 no Brasil (114,0%) e ainda não sendo atingido no Estado.

Gráfico 4 - Índice da Receita nominal das atividades de Serviço, com ajuste sazonal (índice base fixa - 2014=100) do Brasil e do Rio Grande de Norte, janeiro 2019 a junho de 2021

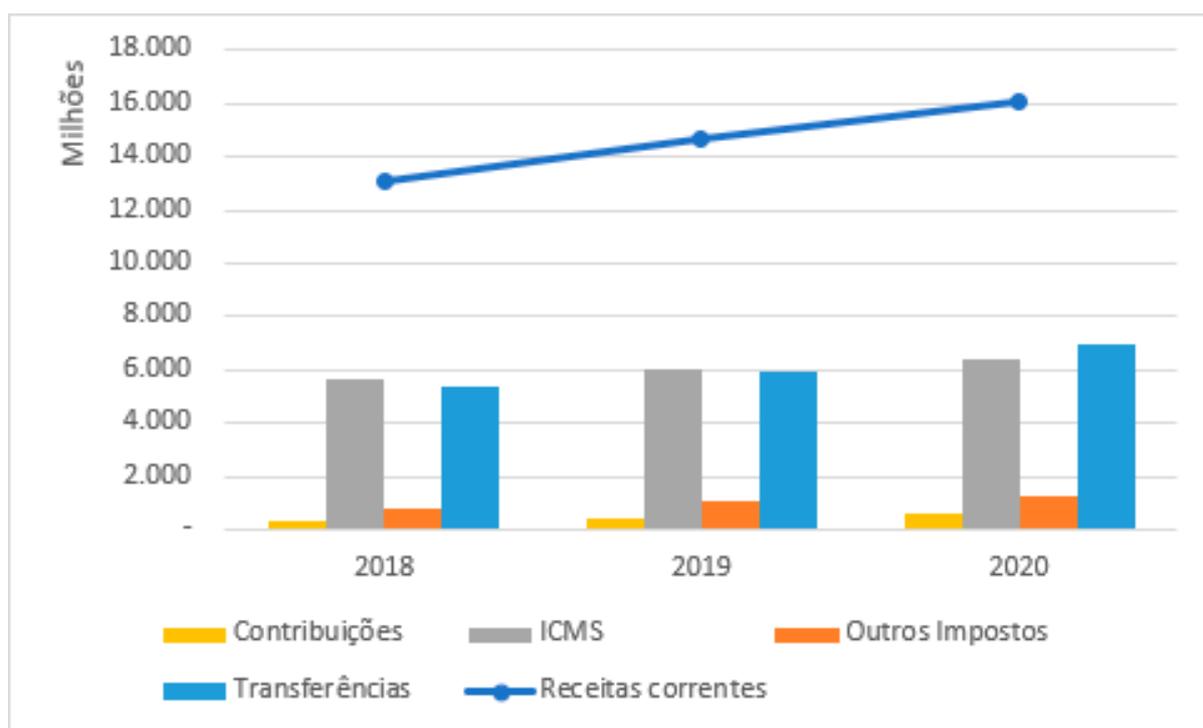


Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Serviços.

7 FINANÇAS PÚBLICAS

A receita corrente bruta do Estado do Rio Grande do Norte apresentou tendência de crescimento em termos reais no último triênio, com um aumento de 23%, se comparado o resultado de 2020 com o de 2018. Apesar da crise econômica, derivada da pandemia da Covid-19 que assolou o mundo, o Estado aumentou sua arrecadação própria. O principal elemento da arrecadação estadual é o ICMS, que apresentou crescimento de 7%, em comparação aos valores constantes de 2020 em relação a 2019. Além disso, o resultado das receitas foi ainda melhor devido ao aumento nas transferências, que se elevou em termos reais em 17% em 2020 em relação ao ano de 2019, cujo Auxílio Financeiro para Estados e Municípios previsto na Lei Complementar nº 173/2020 teve papel importante.

Gráfico 5 – Receitas Correntes em Valores Constantes do Rio Grande do Norte, 2018-2020

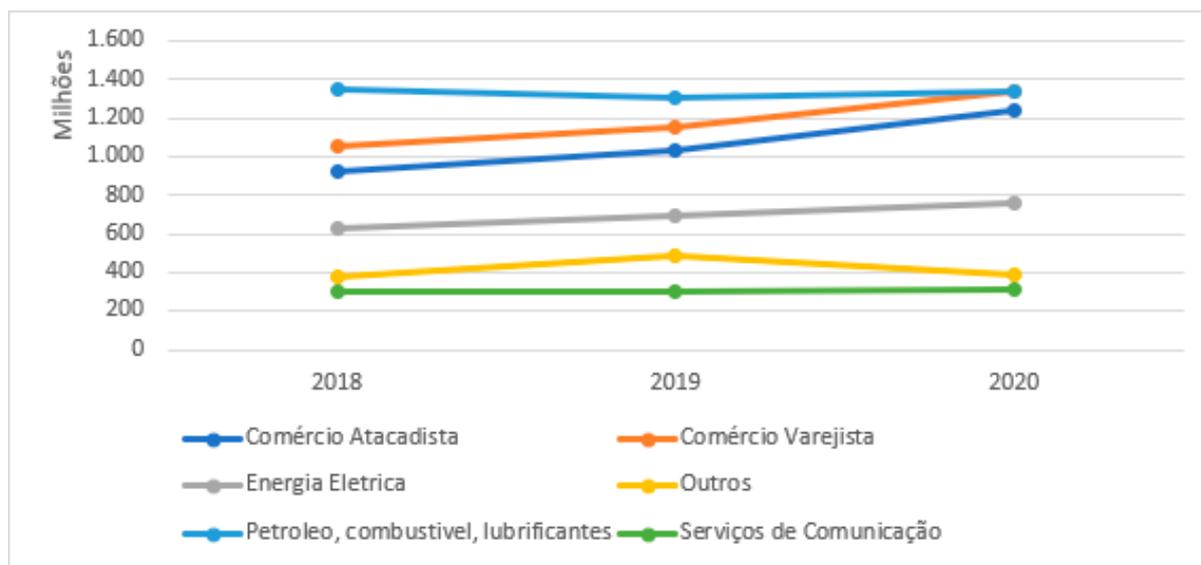


Fonte: Sincofi/STN. Valores deflacionados pelo IPCA a preços de 2018. Elaboração própria.

O subsetor que mais contribuiu para a dinâmica de arrecadação do ICMS, principal fonte de receita própria do Estado Potiguar, foi o de Petróleo, combustíveis e lubrificantes. Esse subsetor apesar de ter apresentado uma queda de 3% em 2019, recuperou-se em 2020, conforme demonstrado no Gráfico 6. Destaca-se, ainda, a importância das atividades comerciais para a arrecadação do ICMS e que, mesmo durante a crise econômica derivada da Pandemia da

Covid-19, a arrecadação vinda do setor varejista cresceu 16% em termos reais, o que fez esse grupo de atividades ultrapassar a arrecadação de Petróleo, combustíveis e lubrificantes e ser considerado a principal base de contribuição para o ICMS em 2020. Vale destacar, também, a arrecadação vinda do comércio atacadista e da energia elétrica que se colocam como importantes bases de arrecadação do Estado.

Gráfico 6 – Arrecadação do ICMS por Subsetores em Valores Constantes do Rio Grande do Norte, 2018-2021

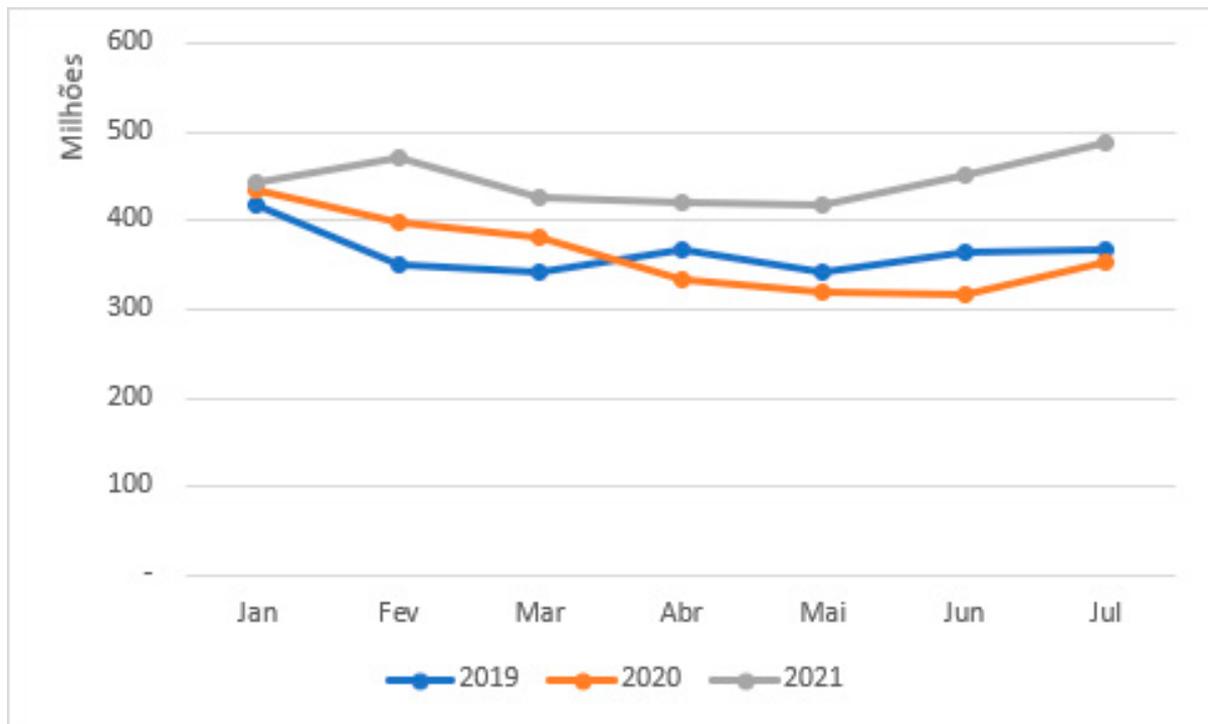


Fonte: Confaz. Valores deflacionados pelo IPCA a preços de 2018. Elaboração própria.

É importante salientar que, apesar do resultado de crescimento da arrecadação no ano passado em comparação com 2019, não se deve deixar de destacar a crise econômica provocada pela pandemia da Covid-19, especialmente nos períodos mais severos, quando foi necessária a adoção de medidas restritivas para a atividade econômica de alguns setores. Isso teve impacto nas contas públicas, e, conseqüentemente, na arrecadação. Analisando o período de janeiro a julho dos últimos três anos, percebe-se claramente o efeito negativo provocado pela interrupção das atividades econômicas em decorrência da pandemia de Coronavírus.

Por fim, observa-se que em 2020, a partir de abril, a arrecadação do ICMS apresenta uma trajetória de queda da ordem de quase 10% em relação ao total arrecadado entre abril e julho de 2019. Todavia, percebe-se no ano de 2021, no período de abril a maio, uma tendência de subida na arrecadação do ICMS.

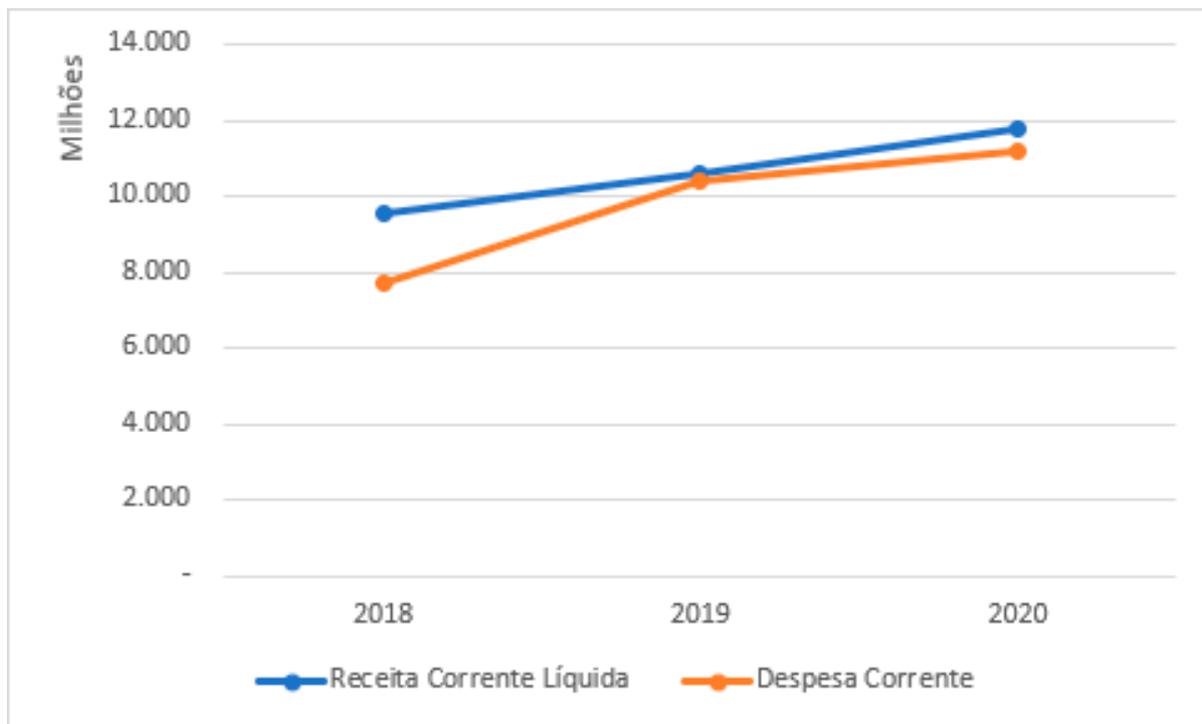
Gráfico 7 - Arrecadação do ICMS em Valores Constantes do Rio Grande do Norte, Primeiro Semestre do período 2019-2021



Fonte: Confaz. Valores deflacionados pelo IPCA a preços de 2021. Elaboração própria.

O crescimento das receitas estaduais destacadas nos gráficos anteriores foi importante. No entanto, as despesas cresceram numa velocidade maior do que as receitas durante o último triênio, especialmente no ano de 2019, quando houve um crescimento das despesas correntes da ordem de 35%. Por sua vez, em 2020, a taxa de crescimento das despesas correntes foi de 8%, ainda um pouco superior em relação à taxa de expansão das receitas correntes líquidas, as quais aumentaram 6% em relação ao ano de 2019.

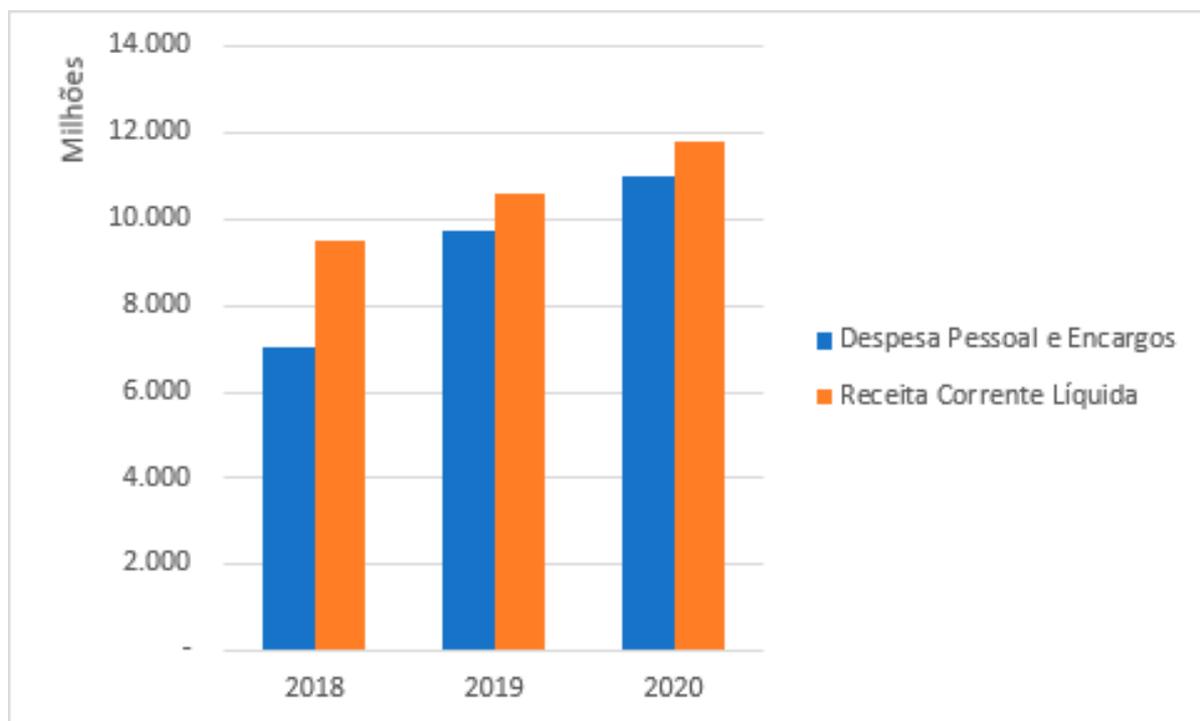
Gráfico 8 – Trajetória em Valores Constantes das Receitas Correntes Líquidas versus Despesas Correntes do Rio Grande do Norte, 2018-2020



Fonte: STN. Valores deflacionados pelo IPCA a preços de 2018. Elaboração própria.

Em grande medida, a expansão das despesas correntes no período analisado foi oriunda do aumento das despesas com pessoal e encargos que, em 2019, apresentou um crescimento de 33% em relação ao ano anterior, resultante do aumento nas rubricas de aposentadorias e vencimentos. Essa expansão tem comprometido o setor público estadual que ainda conta com um passivo decorrente de exercícios anteriores, demandando no período em análise um comprometimento do Governo do Estado com a liquidação dos débitos em atraso, que acaba sendo contabilizado como despesa corrente.

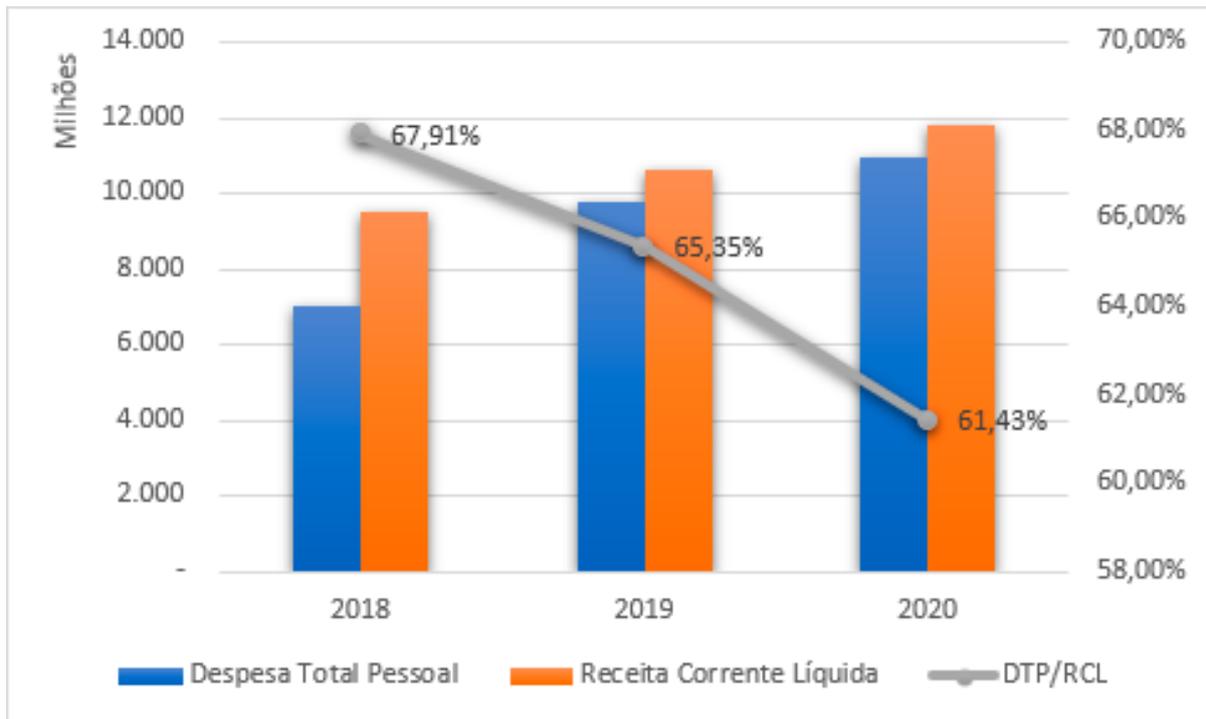
Gráfico 9 – Despesa em Valores Constantes com Pessoal e Encargo versus Receita Corrente Líquida do Rio Grande do Norte, 2018-2020



Fonte: STN. Valores deflacionados pelo IPCA a preços de 2018. Elaboração

É importante destacar que o Estado do Rio Grande do Norte tem realizado esforços importantes no sentido de diminuir o comprometimento da receita corrente líquida com pagamento total de pessoal, buscando atender o limite prudencial estipulado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De acordo com a LRF, o Estado só pode comprometer no máximo 60% de sua receita corrente líquida com o pagamento de pessoal. Para efeitos da LRF é possível excluir alguns gastos com pessoal e encargos para fazer o cálculo do indicador do limite prudencial, tais como: pagamentos referentes aos exercícios anteriores, pagamentos de aposentadorias feitos com recursos próprios, de regime próprio, indenizações. Assim, como mostra o Gráfico abaixo, desde 2018 o Estado tem buscado reduzir o comprometimento da receita corrente líquida acima do permitido pela LRF, saindo de 67,9% para alcançar 61,4% em 2020.

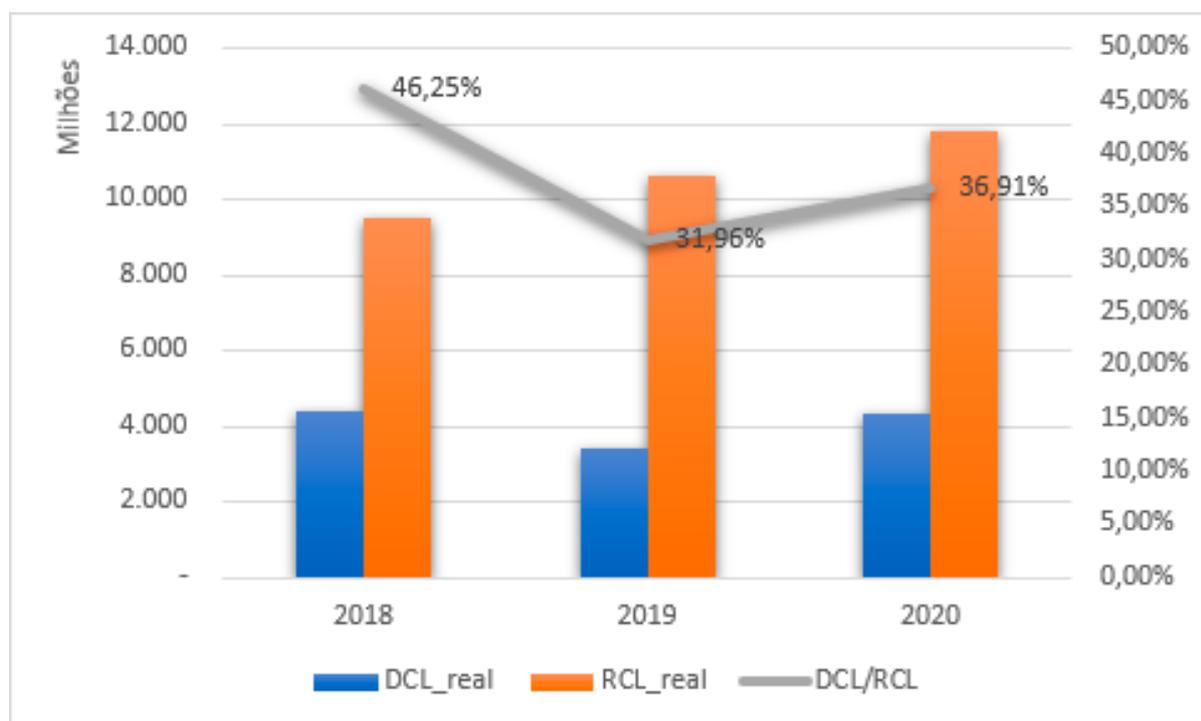
Gráfico 10– Comprometimento da Receita Corrente Líquida com Despesa Total de Pessoal do Rio Grande do Norte em Valores Constantes, 2018-2020



Fonte: STN. Valores deflacionados pelo IPCA a preços de 2018. Elaboração própria.

Em termos de endividamento, o Estado do Rio Grande do Norte não apresenta maiores preocupações. A partir da LRF de 2001, ficou estabelecido que os Estados e o Distrito Federal deveriam ter como limite prudencial um valor para a relação DCL/RCL inferior a 2,0 ou 200%. No caso do Rio Grande do Norte, essa relação está bem longe do limite máximo imposto pela LRF, apesar de que, no ano de 2020, houve uma reversão na trajetória de queda desse indicador, com um crescimento de cinco pontos percentuais. Diante disso, o cenário do Estado do Rio Grande do Norte é complexo, pois é um Estado que apresenta baixo nível de endividamento (DCL/RCL), mas um elevado nível de comprometimento das receitas correntes versus despesas correntes, além do mais, o passivo acumulado de não cumprimento de algumas obrigações faz com que o Rio Grande do Norte seja considerado um Estado ilíquido. Tal cenário resulta numa classificação ruim na Capacidade de Pagamento (CAPAG), ou seja, uma avaliação C, o que inviabiliza a possibilidade de receber um aporte de recursos com a chancela do Governo Federal como credor.

Gráfico 11 – Dívida Consolidada Líquida versus Receita Corrente Líquida em Valores Constantes do Rio Grande do Norte, 2018-2020

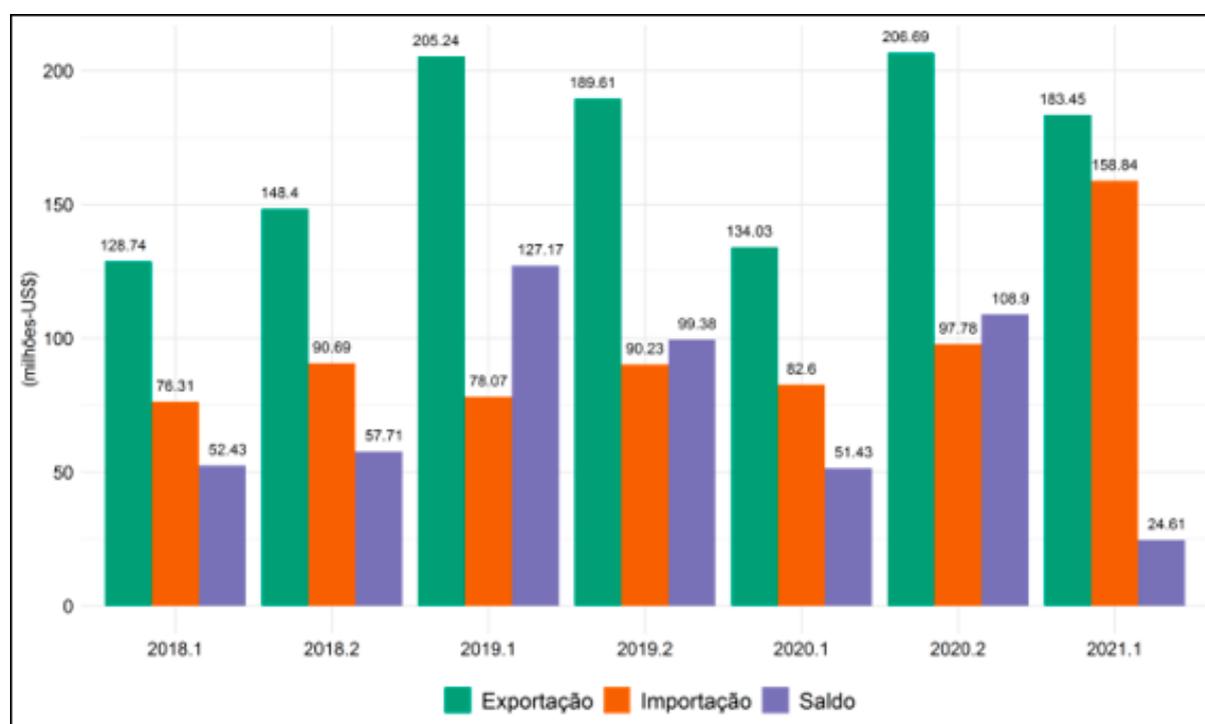


Fonte: STN Valores deflacionados pelo IPCA a preços de 2018. Elaboração própria.

8 BALANÇA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE

O Estado do Rio Grande do Norte finalizou o primeiro semestre de 2021 com o saldo da balança comercial igual a US\$24,61 milhões, apresentando assim uma queda de aproximadamente 52% em relação ao mesmo período do ano passado (US\$ 51,43 milhões). Esse resultado reflete o crescimento mais acelerado das importações (92,3%) do que das exportações (36,9%) nesse período.

Gráfico 12 – Balança Semestral do Comércio Exterior do Rio Grande do Norte, 2018-2021

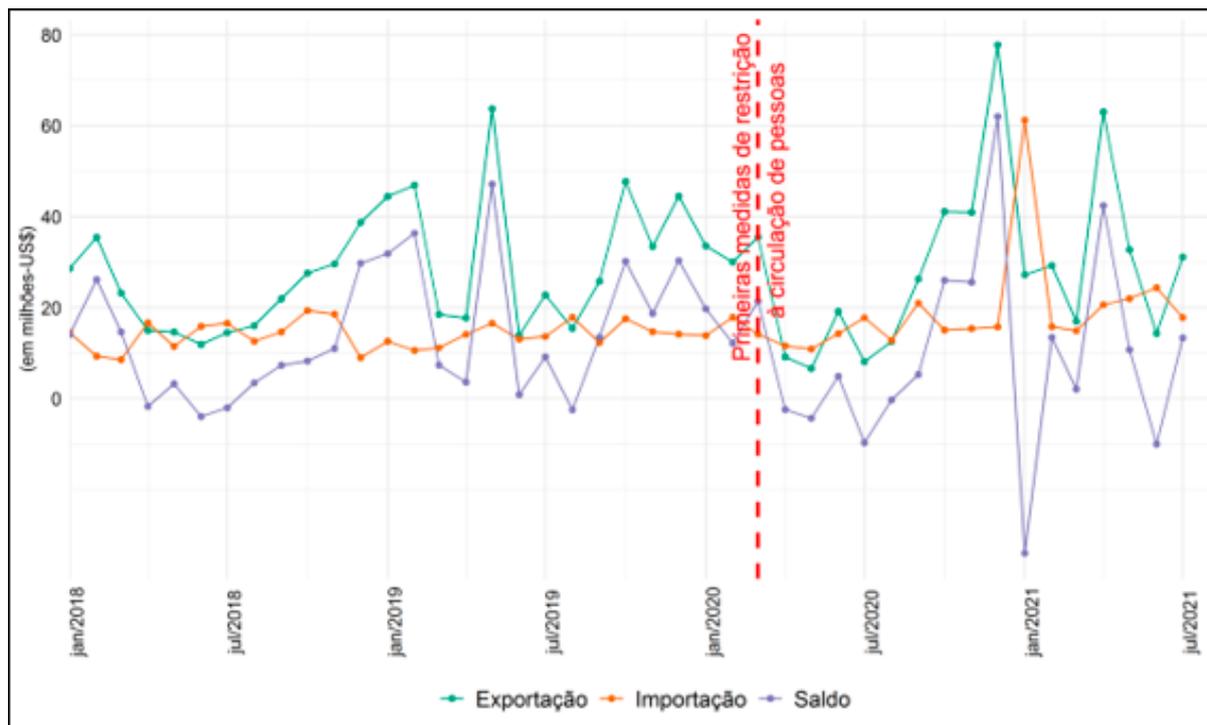


Fonte: Comex Stat (2021) - Elaboração própria

Nota: * Dados até julho de 2021

A alta das importações, sobretudo no mês de janeiro de 2021, quando alcançou a cifra de US\$158,84 milhões – a maior do período – foi puxada pelo investimento direcionado para o aumento da capacidade produtiva de energia eólica no Estado. Já para as exportações, o mês de abril de 2021 foi o destaque, quando as remessas de mercadorias para exterior totalizaram US\$63,01 milhões.

Gráfico 13 – Balança Mensal do Comércio Exterior do Rio Grande do Norte, 2018-2021



Fonte: Comex Stat (2021) - Elaboração própria

Nota: * Dados até julho de 2021

O desempenho das exportações é explicado, principalmente, pelo aumento da comercialização de *fuel oil* (petróleo) no mercado internacional. É importante mencionar que esse item também contribuiu para o bom resultado observado em dezembro de 2020, evidenciando a ocorrência de um intenso acréscimo da exportação de combustíveis minerais, óleos minerais, e produtos de sua destilação, matérias betuminosas, ceras minerais e algodão nos últimos meses.

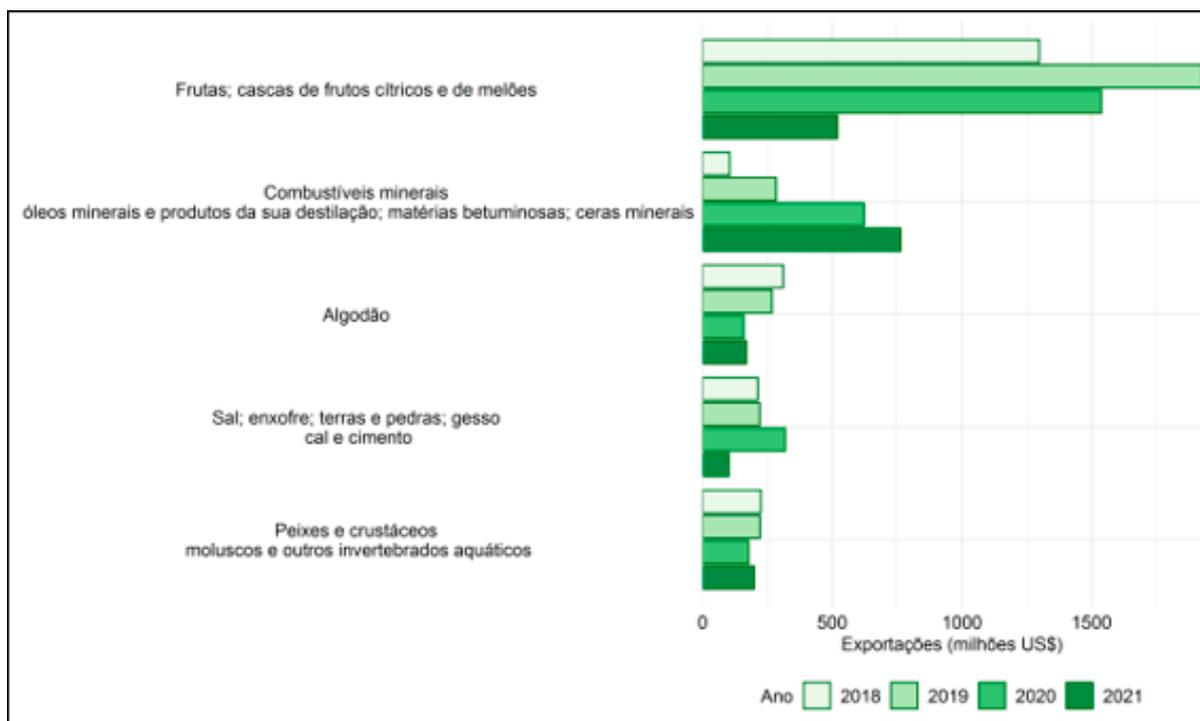
Ressalta-se um contraponto no perfil das exportações em relação aos períodos anteriores, visto que as frutas, cascas de frutos cítricos e melões dominavam o volume de exportações, mas que agora passa a figurar em segundo lugar no volume dos principais produtos na pauta exportadora do Estado.

Em relação aos domicílios fiscais das exportações, constata-se a maior concentração no Oeste potiguar, destacando-se o município de Mossoró, e Leste potiguar, com destaque para a cidade do Natal, capital do Estado do RN.

Os principais itens da pauta importadora potiguar são os cereais, entretanto, no primeiro semestre de 2021 é observada uma expansão da entrada de produtos advindos de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, aparelhos de gravação e reprodução de som e imagem em

televisão, suas partes e acessórios. As participações dessas importações estão direcionadas a uma ampliação considerável do volume de importados no município de Serra do Mel localizado no Agreste Potiguar, que superou, no primeiro semestre de 2021, o município de Natal com maior participação em produtos importados no Estado. Como dito anteriormente, uma atividade responsável por esse grande acumulado é o investimento em máquinas, equipamentos e tecnologias direcionados à implantação e operação comercial dos parques eólicos neste território.

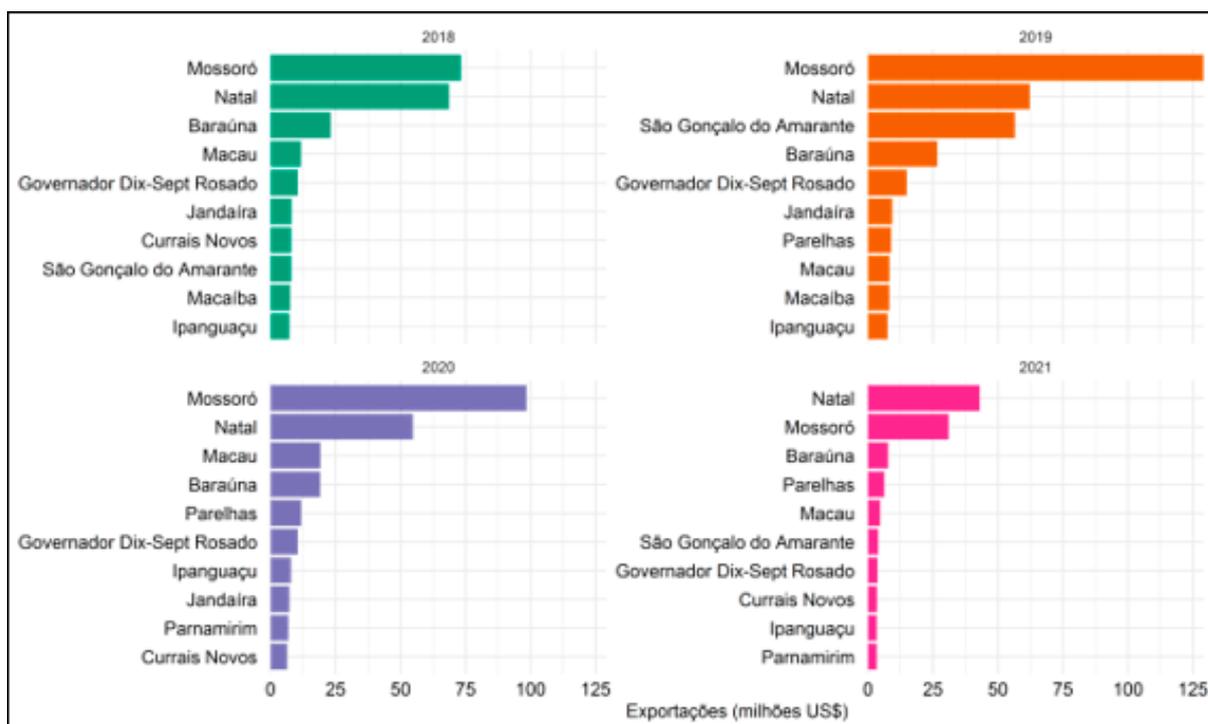
Gráfico 14 – Principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte, 2018-2021



Fonte: Comex Stat (2021) - Elaboração própria

Nota: * Dados até julho de 2021

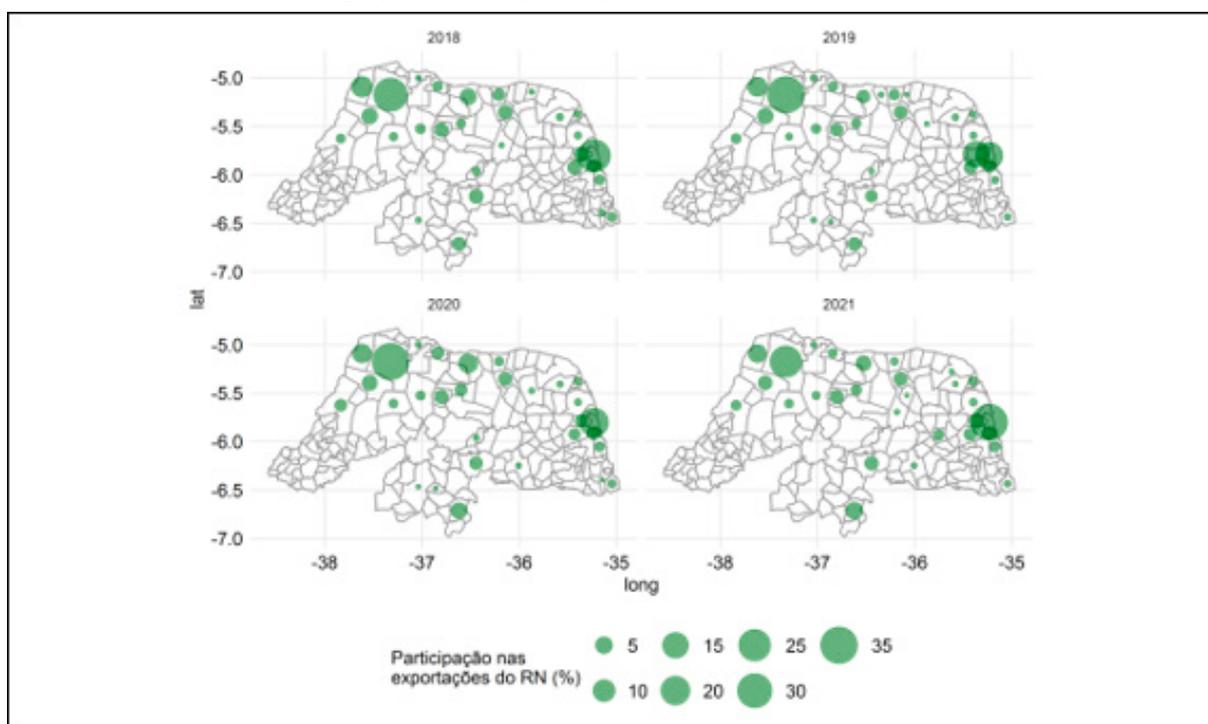
Gráfico 15 – Principais Municípios Exportadores do Rio Grande do Norte, 2018-2021



Fonte: Comex Stat (2021) - Elaboração própria

Nota: * Dados até julho de 2021.

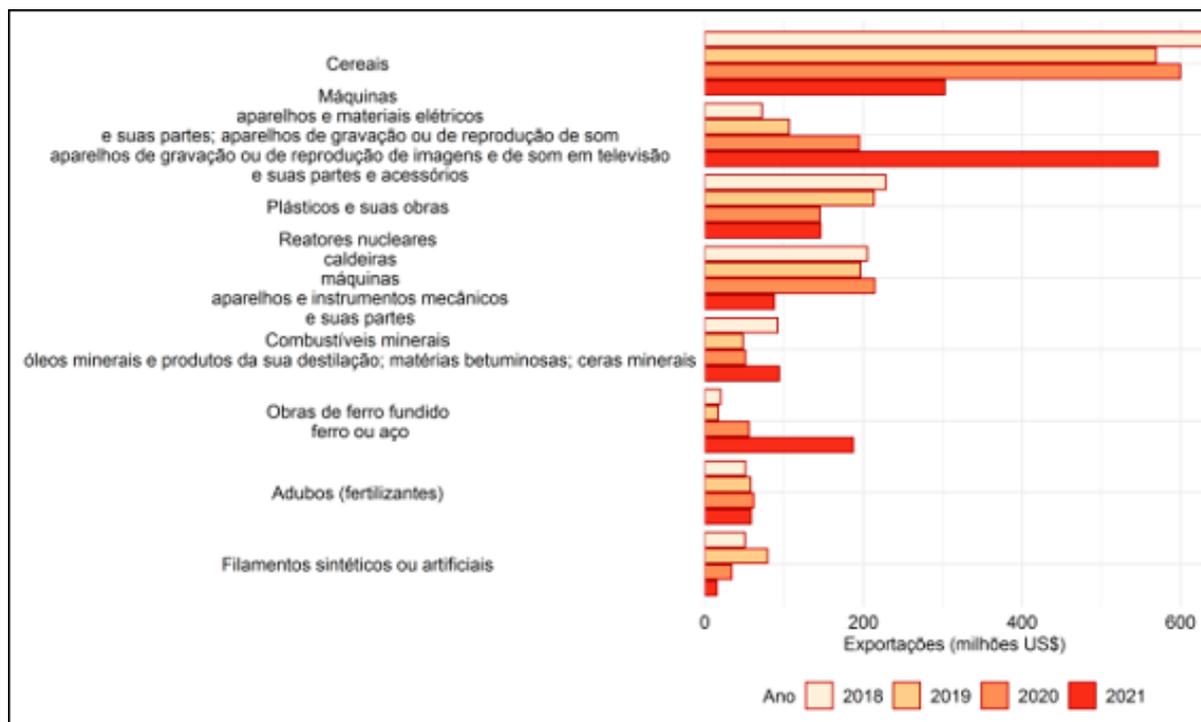
Gráfico 16 – Participação nas Exportações do Rio Grande do Norte, 2018-2021



Fonte: Comex Stat (2021) - Elaboração própria

Nota: * Dados até julho de 2021.

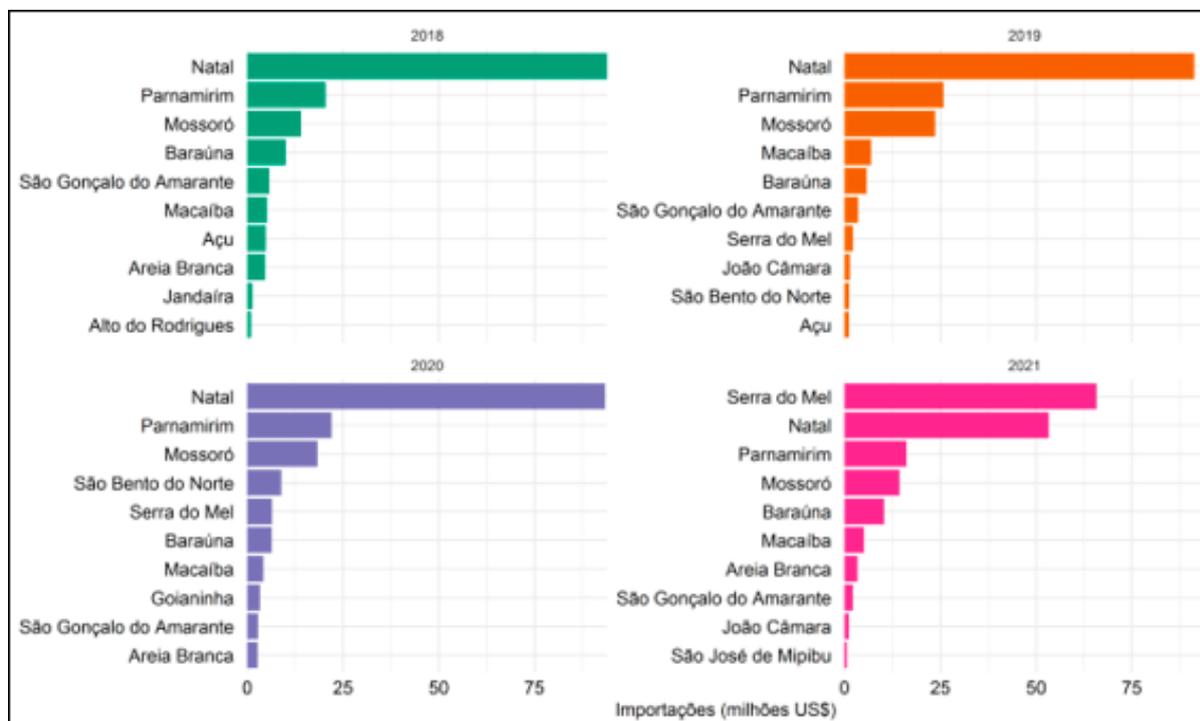
Gráfico 17 – Principais Produtos Importados pelo Rio Grande do Norte, 2018-2021



Fonte: Comex Stat (2021) - Elaboração própria

Nota: * Dados até julho de 2021.

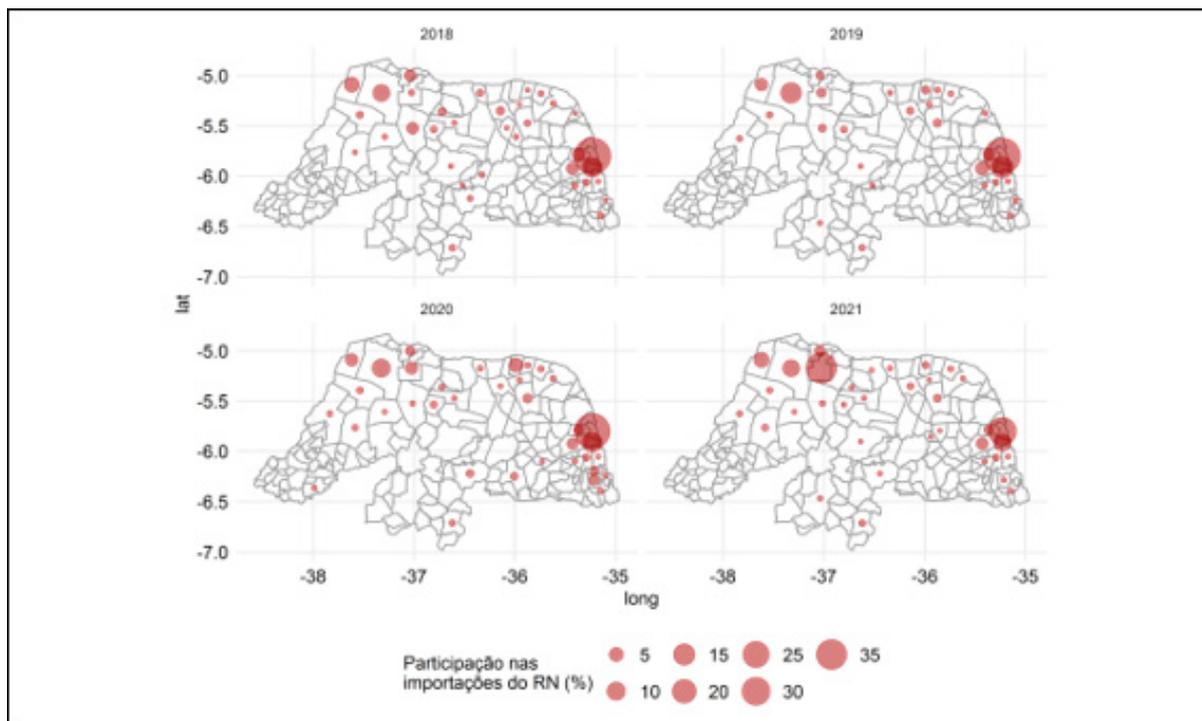
Gráfico 18 – Principais Municípios Importadores do Rio Grande do Norte, 2018-2021



Fonte: Comex Stat (2021) - Elaboração própria

Nota: * Dados até julho de 2021.

Gráfico 19 – Participação nas Importações do Rio Grande do Norte, 2018-2021



Fonte: Comex Stat (2021) - Elaboração própria

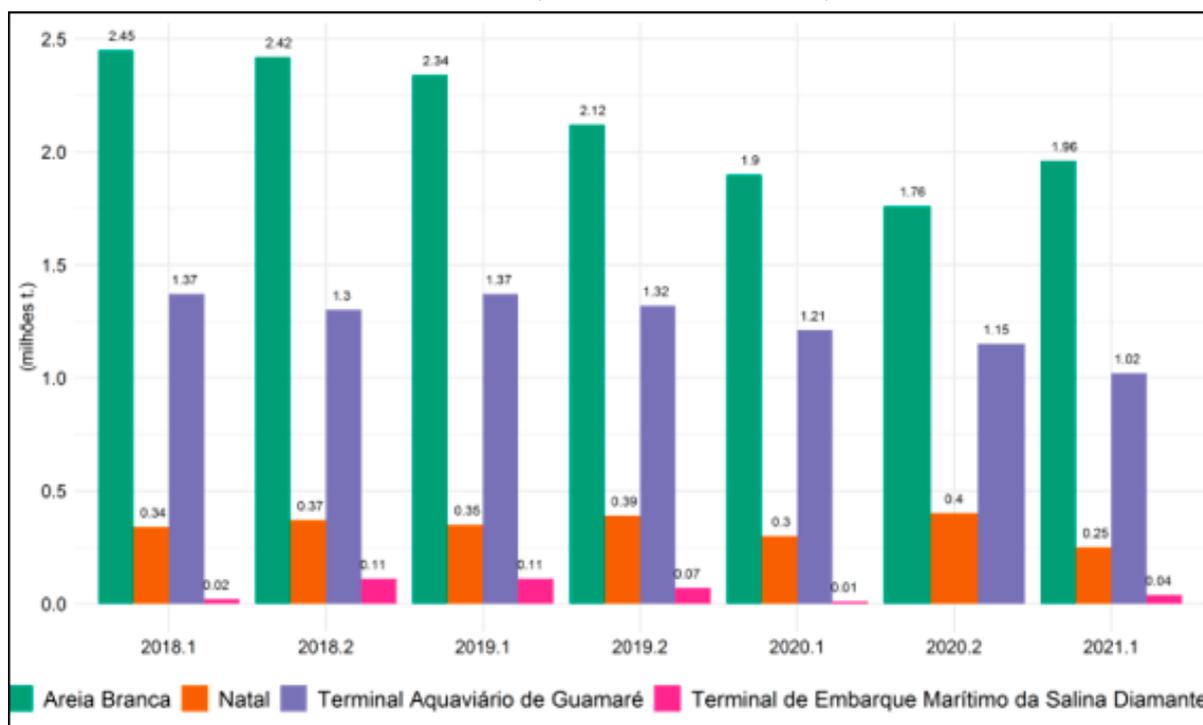
Nota: * Dados até julho de 2021.

9 INFRAESTRUTURA

PORTOS

Os portos potiguares movimentaram, no primeiro semestre de 2021, 3,27 milhões de toneladas de cargas, uma queda de 4,22% quando comparado ao mesmo período do ano passado. A maior redução, em termos percentuais, foi registrada pelo Porto de Natal (17,54%), que é utilizado para o escoamento de cargas gerais e containerizadas, principalmente de frutas, seguido pelo Terminal Aquaviário (15,36%), que é utilizado para o transporte de petróleo e gás natural (Granel Líquido e Gasoso). No sentido oposto, o Porto de Areia Branca, caracterizado por movimentar cargas do tipo Granel Sólido (principalmente sal marinho), registrou um aumento de 3,51% da circulação de cargas.

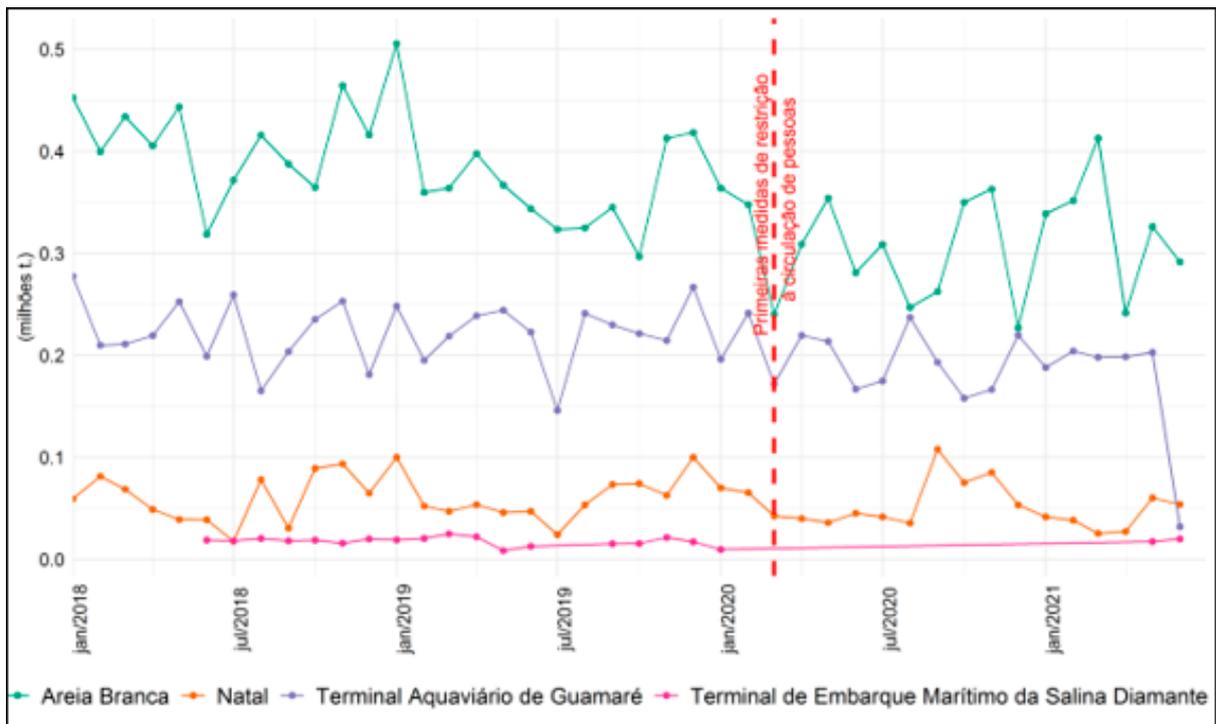
Gráfico 20 – Evolução Semestral da Movimentação Portuária do Rio Grande do Norte, 2018-2021 (milhões de toneladas).



Fonte: Antaq (2021) - Elaboração própria

Nota: * Dados até junho de 2021

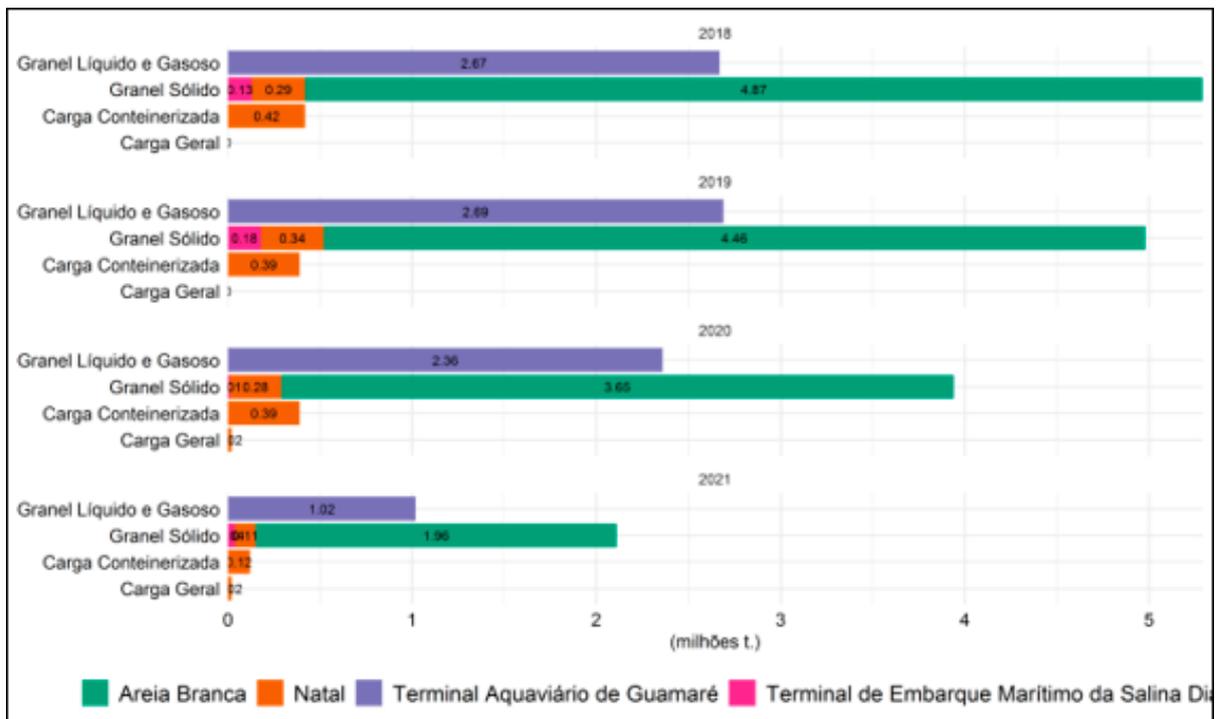
**Gráfico 21 Movimentação Portuária do Rio Grande do Norte, 2018-2021
(milhões de toneladas)**



Fonte: Antaq (2021) -Elaboração própria

Nota: * Dados até junho de 2021

Gráfico 22 – Perfil da Carga movimentada pelos Portos do Rio Grande do Norte, 2018-2021 (milhões de toneladas)

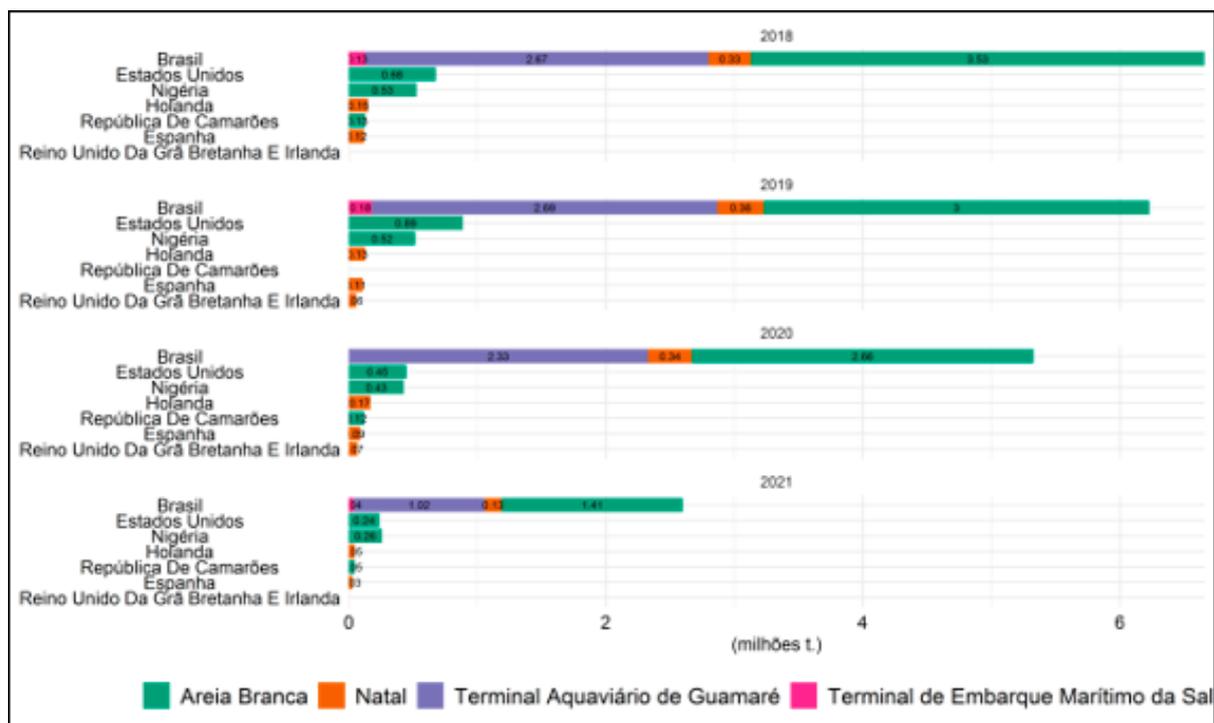


Fonte: Antaq (2021) - Elaboração própria

Nota: * Dados até junho de 2021

A maior parte das cargas do Porto de Areia Branca é direcionada a outros portos nacionais, o restante destina-se a outros países, principalmente Estados Unidos e Nigéria. O Terminal Aquaviário de Guamaré destina sua carga exclusivamente a outros portos do Brasil. Apesar de o Porto de Natal registrar a menor intensidade de movimentações de cargas, ele é responsável por exportar para os países europeus como Holanda, Espanha e Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

Gráfico 23 – Principais países de destino das Cargas movimentadas pelos Portos do Rio Grande do Norte, 2018-2021 (milhões de toneladas)

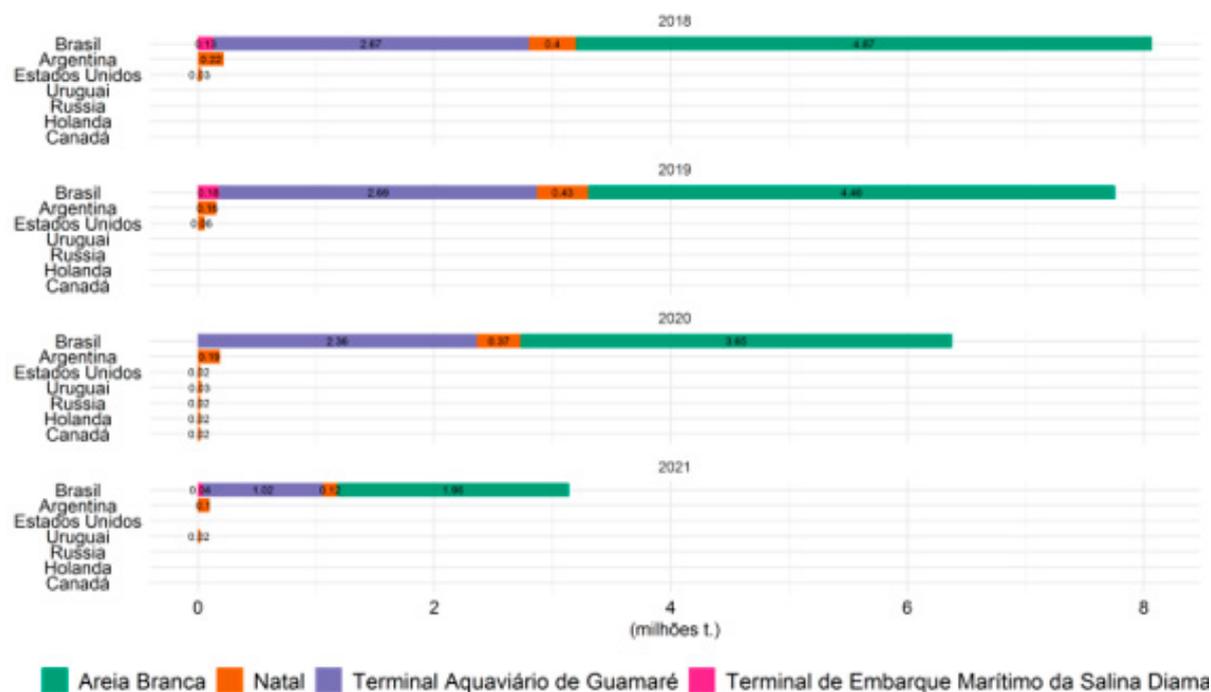


Fonte: Antaq (2021) - Elaboração própria

Nota: * Dados até junho de 2021

A pouca interação dos portos potiguares com os portos internacionais é corroborada pelos dados sobre as origens das cargas que chegam ao Estado, tendo em vista que quase a totalidade das mercadorias partem de um porto nacional. A exceção é o Porto de Natal, que recebe cargas principalmente da Argentina.

Gráfico 24 – Principais países de Origem das Cargas movimentadas pelos Portos do Rio Grande do Norte, 2018-2021(milhões de toneladas)



Fonte: Antaq (2021) - Elaboração própria

Nota: * Dados até junho de 2021

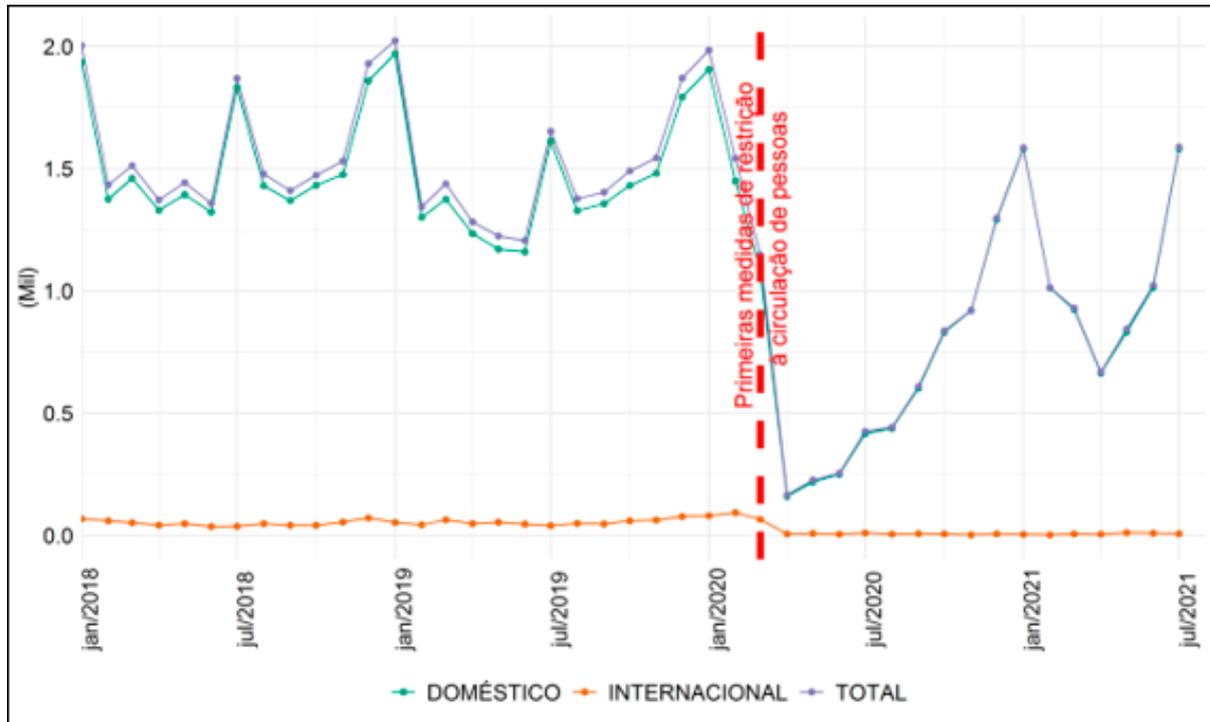
AEROPORTOS

O setor aéreo foi um dos mais impactados pelas medidas oficiais de restrição à circulação de pessoas. Essas medidas passaram a ser adotadas a partir primeiro semestre de 2020 e foram necessárias para reduzir a velocidade da propagação do Sars-Cov-2. Assim como os demais aeroportos nacionais e internacionais, o movimento do Aeroporto Internacional de Natal - Aeroporto Aluizio Alves - respondeu de maneira instantânea à implementação dessas medidas. Entre janeiro e junho de 2020, foi observada uma redução abrupta do fluxo de passageiros, voos e transporte de cargas nesse aeroporto, sobretudo no mês de abril de 2020, quando foi registrado o menor fluxo de movimento da história do aeroporto.

Os dados do segundo semestre de 2020 sinalizavam para uma retomada do movimento de passageiros para níveis próximos àqueles observados antes da pandemia da Covid-19, puxado principalmente pela demanda doméstica. O movimento de recuperação não se consolidou nos primeiros meses de 2021, devido ao aumento do número de casos da doença nesse período. Todavia, o aumento progressivo da população vacinada contra a Covid-19 possibilitou o relaxamento das medidas restritivas e tem refletido no aumento da demanda por viagens áreas nacionais a partir de maio de 2021.

Diferentemente do fluxo de passageiros, a recuperação do fluxo de cargas mostra-se mais modesta. Desde agosto 2020, o aeroporto de Natal não registra a movimentação de transporte de cargas internacionais, cenário muito diferente ao comparado ao período pré-pandêmico.

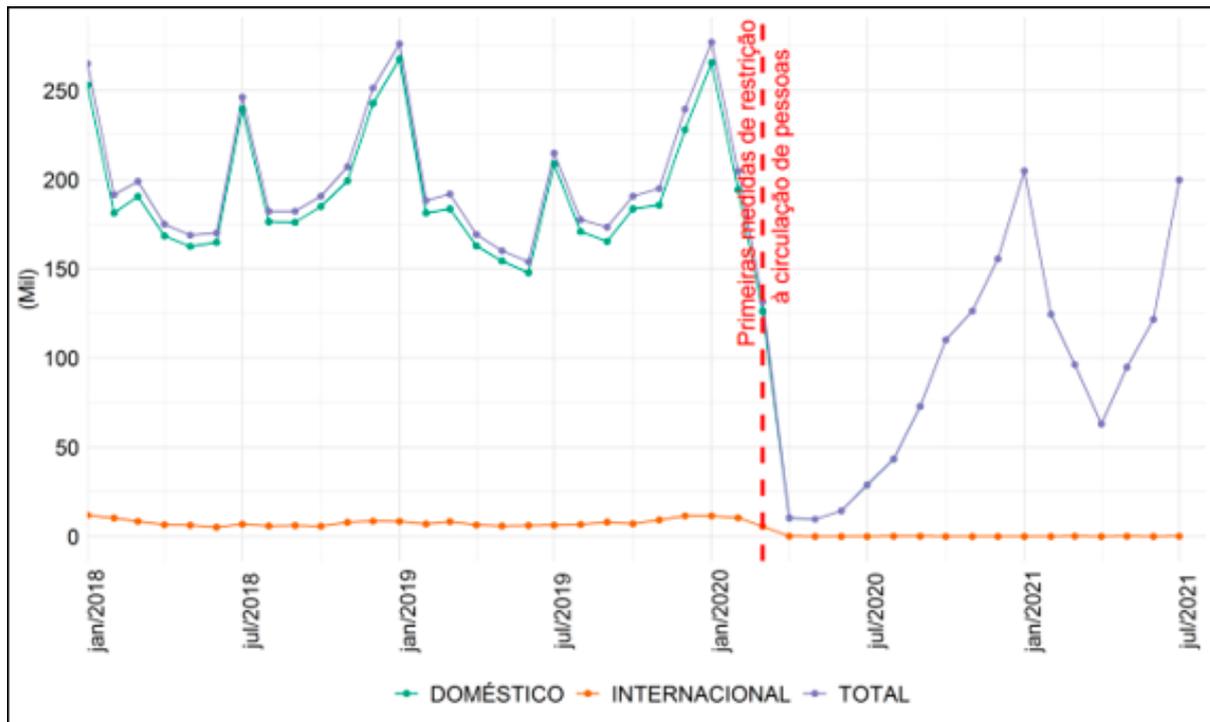
Gráfico 25 – Evolução do Número de voos do Aeroporto Internacional de Natal - Aeroporto Aluízio Alves, 2018-2021



Fonte: Inframerica - Aeroporto de Natal (2021) - Elaboração própria

Nota: * Dados até julho de 2021

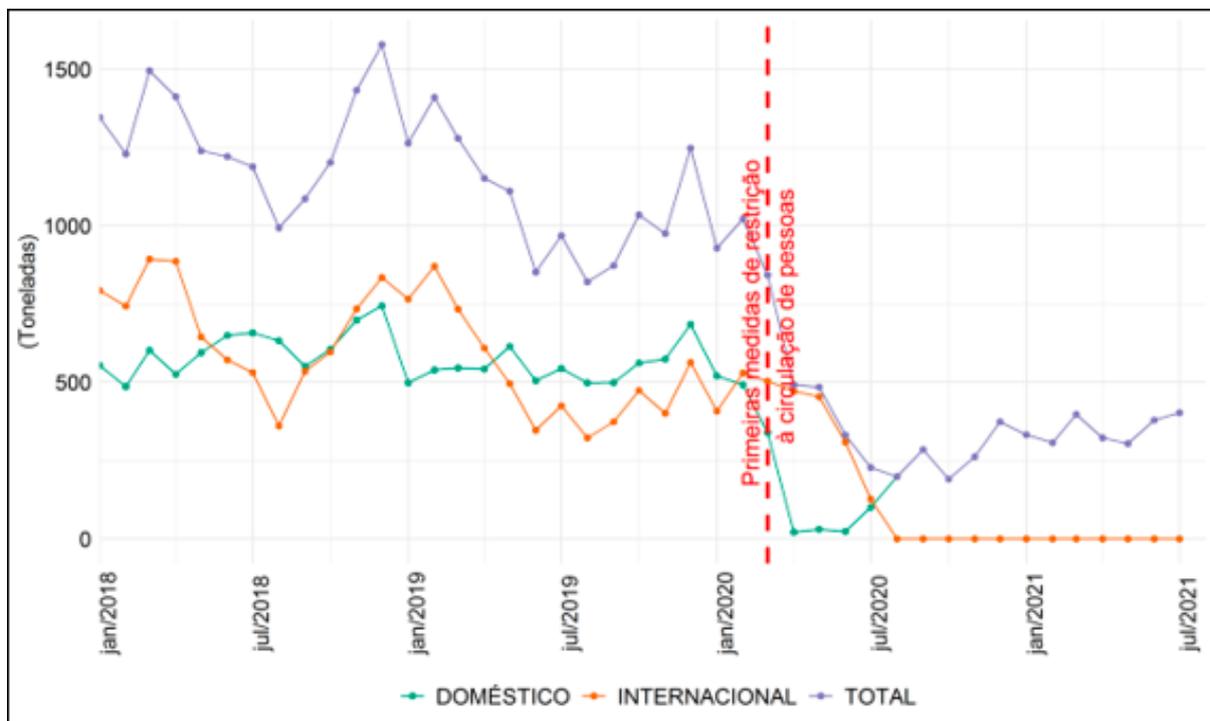
Gráfico 26 – Impacto da Pandemia no Número de Passageiros no Aeroporto Internacional de Natal - Aeroporto Aluízio Alves, 2018-2021



Fonte: Inframerica - Aeroporto de Natal (2021) - Elaboração própria

Nota: * Dados até julho de 2021

Gráfico 27 – Impacto da Pandemia no volume de Cargas no Aeroporto Internacional de Natal - Aeroporto Aluízio Alves, 2018-2021



Fonte: Inframerica - Aeroporto de Natal (2021) - Elaboração própria

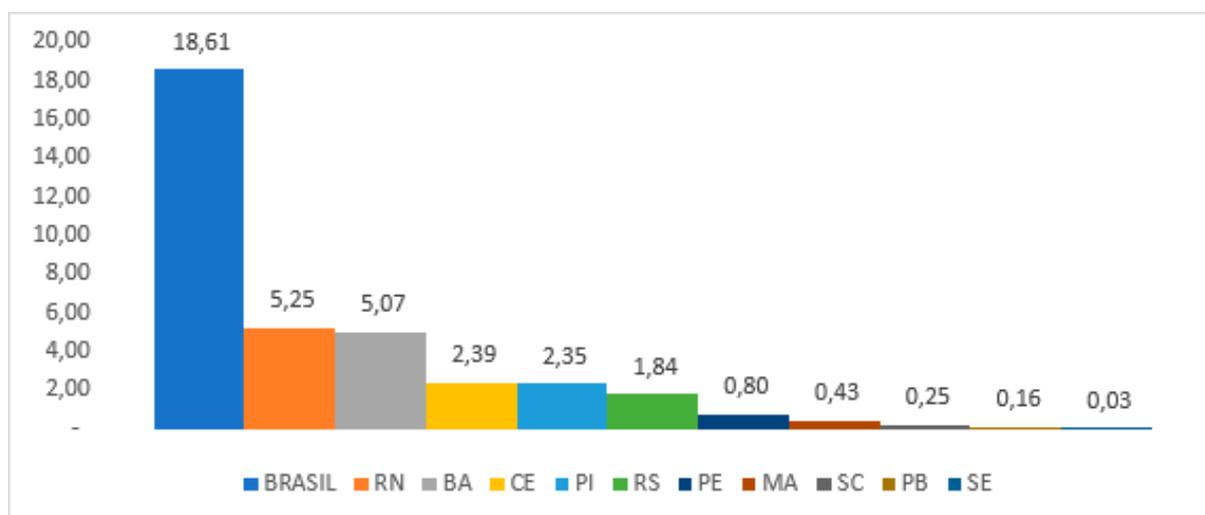
Nota: * Dados até julho de 2021

ENERGIA

A matriz elétrica do Rio Grande do Norte possui na composição de geração em MW médios em torno de 80% e 90% provenientes da participação da fonte eólica, sendo seguida pelas térmicas e solar fotovoltaica. Em 2020, a capacidade instalada em MW alcançou o patamar de 5.415, o que representava uma participação percentual no Brasil de 3,1%, segundo dados da EPE (2021)². Se comparado com 2015, constata-se uma taxa média anual de crescimento de 13,5% na capacidade instalada em MW do RN.

Em julho de 2021, dados da ANEEL revelaram que o Rio Grande do Norte era o Estado com maior número de projetos eólicos em operação, perfazendo um total de 181 projetos e cerca de 5,3 GW de potência instalada, o que representa 28,2% do total de parques eólicos instalados no país. Isso se deve ao fato de o Estado ser detentor de um grande potencial eólico e solar, fazendo com que desde 2009, no caso da eólica, e desde 2014, no caso da solar-fotovoltaica, respectivamente, venha conseguindo ganhar notoriedade nacional e internacional no processo de contratação dessas fontes no Ambiente de Comercialização Regulado (ACR).

Gráfico 28 - Projetos eólicos em operação (GW) - ranking dos 10 estados brasileiros, julho 2021

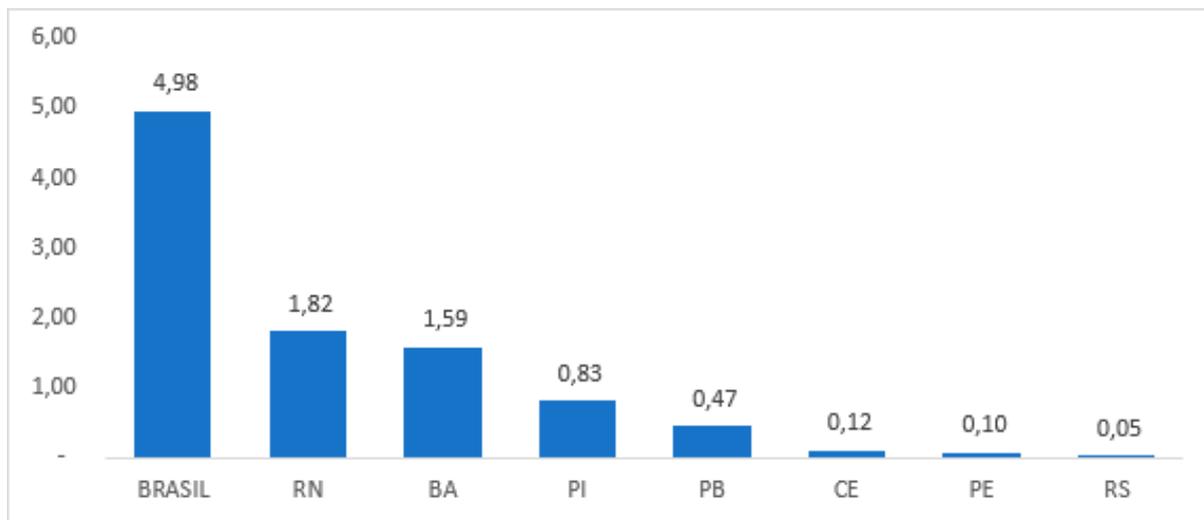


Fonte: ANEEL (01/07/2021). Elaboração própria.

Em termos de projetos eólicos em construção, o Rio Grande do Norte ocupa também a primeira colocação em termos de potência outorgada em GW, perfazendo 52 usinas e 1,82 GW de capacidade de energia eólica em construção, o que representa 36,5% do total de projetos eólicos em construção no Brasil.

² EPE. Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2021. Disponível em: epe.gov.br. Acesso em: 20 agosto 2021.

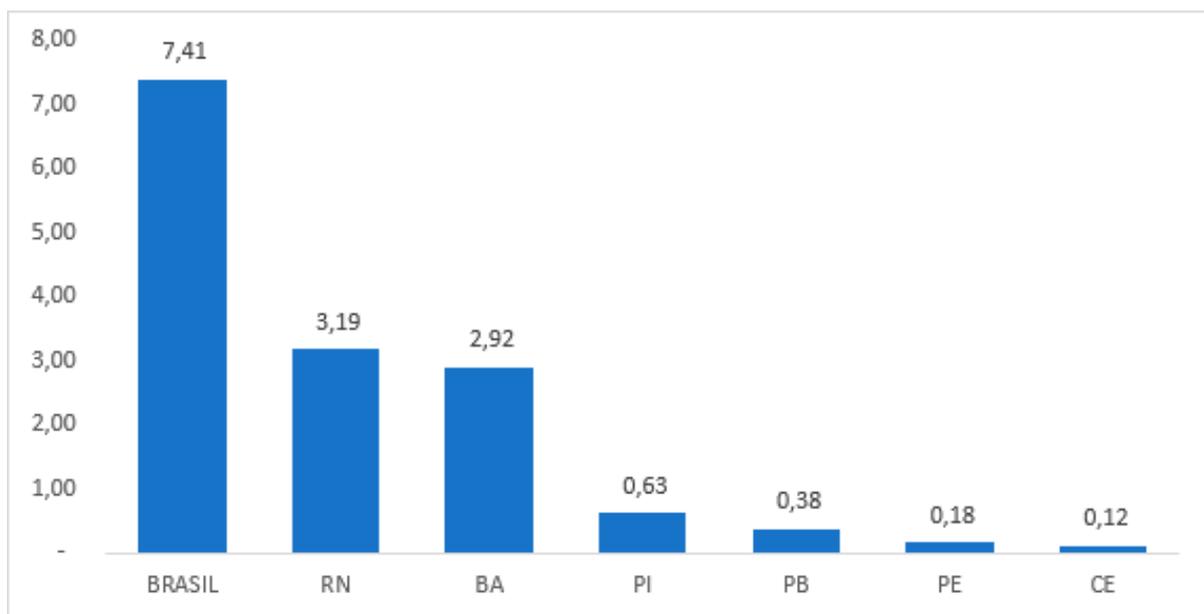
Gráfico 29 - Projetos eólicos em construção (GW) - ranking dos estados brasileiros, julho 2021



Fonte: ANEEL (01/07/2021). Elaboração própria.

Quanto aos projetos eólicos não iniciados, o Rio Grande do Norte possui 78 projetos, o equivalente a 3,19 GW de potência, o que representa 43% do total do país, sendo considerado assim o Estado uma posição estratégica no processo de diversificação da matriz elétrica nacional em direção ao maior uso e participação das fontes renováveis modernas, como a eólica e a solar-fotovoltaica.

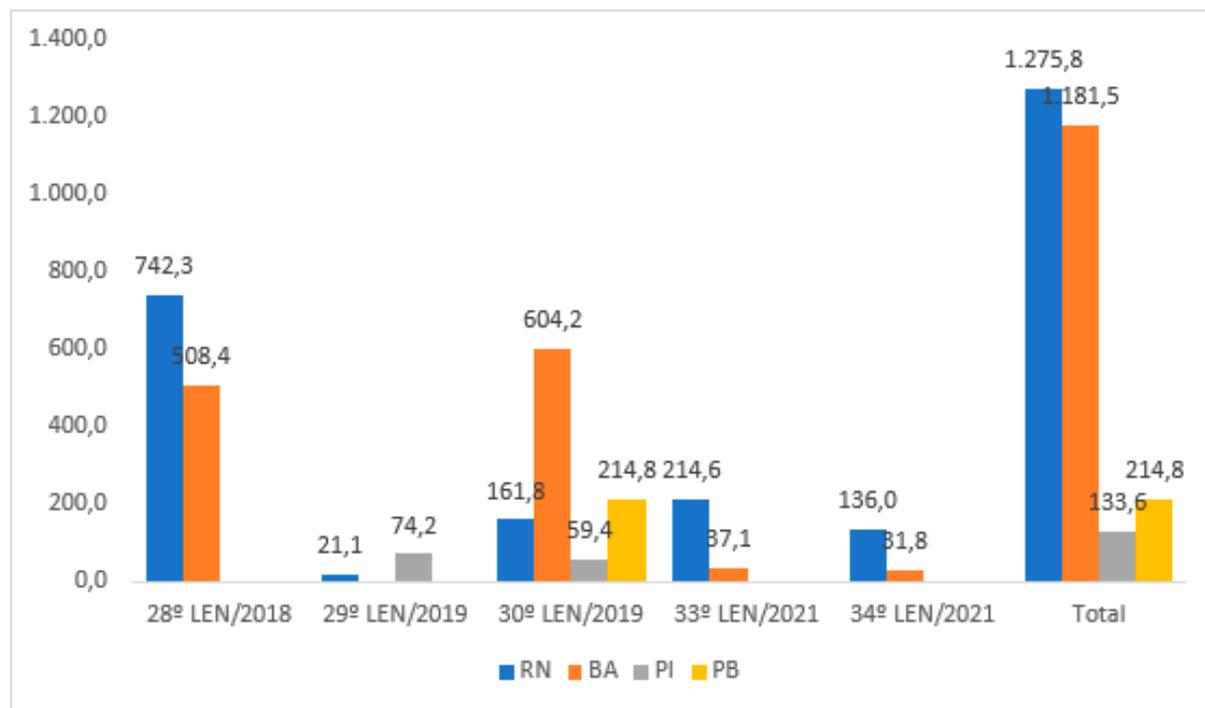
Gráfico 30 - Projetos eólicos não iniciados (GW) - ranking dos estados brasileiros, julho 2021



Fonte: ANEEL (01/07/2021). Elaboração própria.

No que diz respeito à contratação das fontes de geração de energia elétrica, e, considerando os certames em que se teve a participação do RN no período de 2018 a julho de 2021, constata-se a posição representativa desse Estado na contratação da fonte eólica nos anos considerados. Entre 2018 e julho de 2021, o Rio Grande do Norte conseguiu contratar 1.275,8 MW de potência de geração de energia eólica, o que representa 45,5% do total de contratação dessa fonte no país.

Gráfico 31 - Leilões – contratação da fonte eólica em MW, 2018 a 2021

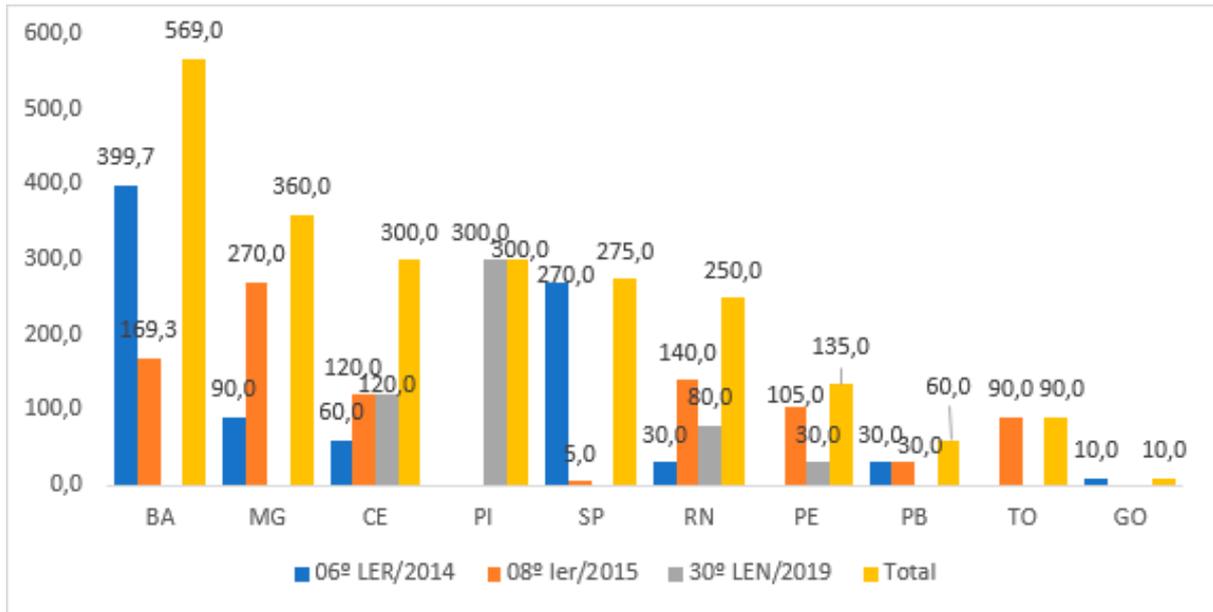


Fonte: CCEE (agosto, 2021). Elaboração própria.

Nos certames realizados em julho de 2021 (33º e 34º LEN), o Rio Grande do Norte assumiu a liderança ao conseguir contratar 350,6 MW de potência de energia eólica (o equivalente a 190,8 MW médios de garantia física), com início de suprimento em janeiro de 2024 (Leilão A-3) e janeiro de 2025 (Leilão A-4), conforme parágrafo primeiro do artigo 6º da Portaria Normativa Nº 1, de 07 de janeiro de 2021, do Ministério de Minas e Energia (MME).

Na contratação de energia solar fotovoltaica, o RN representou 10,6% do total contratado pelo país nos últimos certames, considerando os dois leilões de reserva (LER), realizados em 2014 e 2015, bem como o 30º Leilão de Energia Nova (LEN), realizado em 2019, o último em que o Rio Grande do Norte obteve uma participação relativa no processo de contratação dessa fonte nos leilões realizados. Ao todo, o Estado do Rio Grande do Norte conseguiu contratar 250 MW de capacidade, estando atrás de São Paulo, Piauí, Ceará, Minas Gerais e Bahia.

Gráfico 32 - Leilões – contratação da fonte solar fotovoltaica em MW, 2014 a 2019



Fonte: CCEE (agosto, 2021). Elaboração própria.

10 MERCADO DE TRABALHO

A evolução do emprego formal no Rio Grande do Norte apresentou sensível crescimento no início do século XX. A crise política e econômica, que afeta o país a partir de 2015, provocou redução sistemática do emprego formal. A retomada do crescimento do emprego ocorre a partir de 2017, embora de forma tênue. Os dados contidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério da Economia, demonstram que o ano de 2019 apresentou pequeno crescimento no incremento total do emprego formal (2,1%), puxado em grande parte pelo setor da construção civil, que apresentou uma taxa de mais de 18% em relação ao ano anterior. Todos os setores apresentaram crescimento quando comparados com o ano de 2018, no entanto, será a construção civil o principal setor a promover a recuperação dos vínculos formais no período em estudo, como pode ser visto na Tabela 7.

Tabela 7 - Estoque de Vínculos Formais no Rio Grande do Norte, 2018-2019

IBGE Setor	2018	2019	Cresc. %
1 - Extrativa mineral	8.123	8.496	4,6%
2 - Indústria de transformação	55.131	56.238	2,0%
3 - Serviços industriais de utilidade pública	6.365	6.570	3,2%
4 - Construção Civil	23.052	27.243	18,2%
5 - Comércio	112.988	115.488	2,2%
6 - Serviços	194.516	198.052	1,8%
7 - Administração Pública	176.191	176.293	0,1%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	18.034	18.647	3,4%
Total	594.400	607.027	2,1%

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

Esse crescimento dos vínculos formais foi acompanhado pelo declínio do número de estabelecimentos - redução de 1,9% - entre 2018 e 2019. Quase todos os setores econômicos apresentaram redução no número de estabelecimentos (Tabela 8).

Tabela 8 - Evolução do Número de Estabelecimentos Formais no Rio Grande do Norte, 2018-2019

IBGE Setor	2018	2019	Cresc. %
1 - Extrativa mineral	217	221	1,8%
2 - Indústria de transformação	3.775	3.662	-3,0%
3 - Serviços industriais de utilidade pública	264	273	3,4%
4 - Construção Civil	3.275	2.983	-8,9%
5 - Comércio	20.230	19.728	-2,5%
6 - Serviços	17.289	17.308	0,1%
7 - Administração Pública	422	410	-2,8%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.294	1.283	-0,9%
Total	46.766	45.868	-1,9

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

O quadro pandêmico impediu a continuidade do crescimento do emprego no ritmo ocorrido entre 2018 e 2019, o que impactou na ocorrência de um crescimento muito pequeno do emprego em 2020. Em janeiro de 2020, o Sistema do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foi substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), implicando em uma nova metodologia para as estatísticas de emprego formal. Considerando os dados de emprego formal nessa nova metodologia, o Rio Grande do Norte, a despeito da grave crise econômica e de saúde pública que o Brasil vem enfrentando, ampliou o estoque total de vínculos formais. O saldo no primeiro ano de pandemia da Covid-19 foi positivo em 856 novos vínculos, e, em 2021, até o mês de maio, foram registrados mais de 7,7 mil novos vínculos, demonstrando uma retomada da geração de empregos formais no ano atual. Destaca-se, por fim, que os impactos da pandemia do Coronavírus sobre o emprego formal só não foram mais intensos devido às medidas adotadas, em especial destaca-se o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Conforme se constata na Tabela 9, nos anos de 2020 e 2021 os setores mais afetados foram o da agropecuária, que apresentou saldo negativo nos dois anos consecutivos, e o setor de serviços, que apresentou queda significativa no ano de 2020, embora se recupere no ano seguinte.

Tabela 9 – Estoques e saldo dos vínculos formais por grande setor no Rio Grande do Norte, 2019-2021

Agrupamento	Estoques			Saldo	
	2019	2020	2021	2020	2021
Agropecuária	18.815	18.697	14.087	-118	-4.610
Construção	26.466	27.817	29.407	1.351	1.590
Indústria	69.022	68.700	69.227	-322	527
Comércio	114.594	116.858	119.640	2.264	2.782
Serviços	202.488	200.169	207.678	-2.319	7.509
Total	431.385	432.241	440.038	854	7.798

Fonte: Novo CAGED. Elaboração própria.

O Gráfico 33 mostra a evolução do saldo dos vínculos formais, segundo o Novo CAGED. Nele, constata-se que o período de redução no volume de emprego formal foi sistematicamente os primeiros cinco meses do ano de 2020, apresentando no mês de abril o maior volume de perdas no emprego.

A recuperação lenta recomeça no mês de junho do mesmo ano e, com raras exceções, tem se mostrado continuamente positiva. No contexto enfrentado pelo Brasil, os setores de serviços, do comércio e da construção mitigaram o impacto recessivo e pandêmico sobre o emprego com carteira assinada no Rio Grande do Norte.

Ressalte-se que a mudança metodológica ocorrida no CAGED não permite a comparação adequada do crescimento dos vínculos formais de janeiro de 2020 com os períodos anteriores. No entanto, do mês mencionado em diante, as informações permitem avaliar o crescimento dos vínculos formais de forma coerente com a nova metodologia e constatar que, embora ocorra crescimento nos vínculos formais, esse ainda se mostra pequeno frente às perdas ocorridas no primeiro semestre de 2020, tendo assim apresentado um saldo positivo de menos de mil novos vínculos criados no ano.

Além do mais, tomando por base o segundo semestre de 2020, especificamente o mês de agosto, a tendência é de declínio no volume de novos vínculos criados nos meses seguintes, que, mesmo apresentando saldos positivos, mostram uma trajetória de redução.

Gráfico 33 - Evolução do Saldo Mensal dos Vínculos Formais segundo o Novo CAGED no Rio Grande do Norte, janeiro de 2020 - maio de 2021

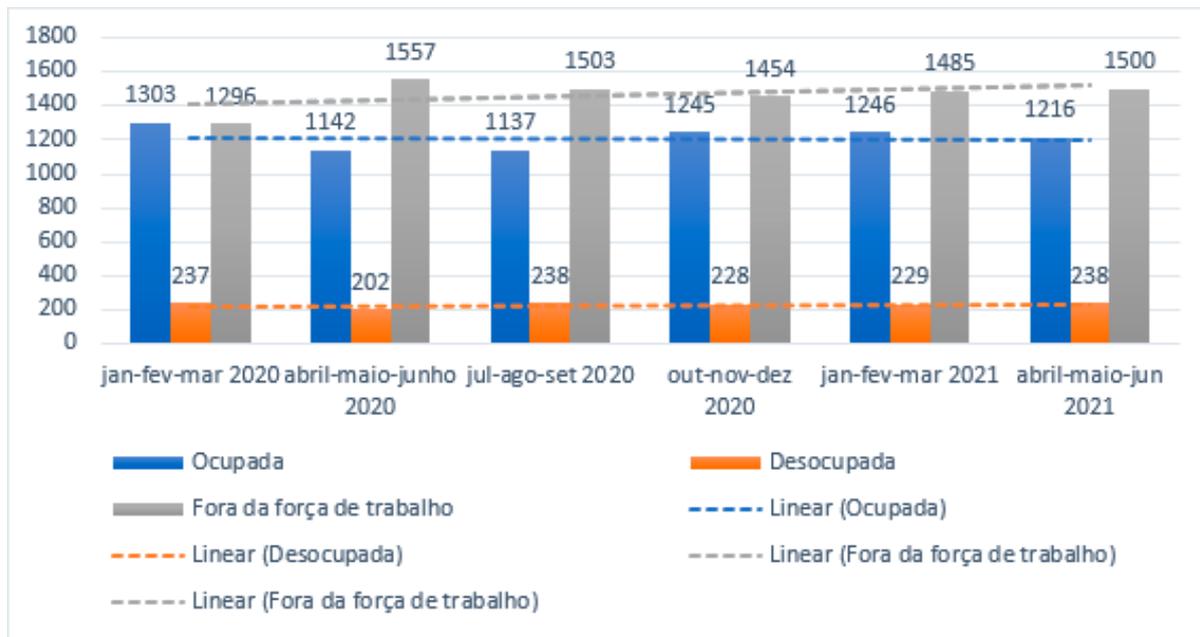


Fonte: Novo CAGED. Elaboração própria.

O mercado de trabalho como um todo ainda não se recuperou das perdas da pandemia do Coronavírus, como é possível observar através dos dados da PNAD Contínua trimestral do IBGE, o que demonstra a profundidade da crise gerada pela pandemia, e, portanto, a ampliação da recessão econômica que não tinha sido sanada até o ano de 2019.

Nos três primeiros trimestres de 2020, a população ocupada no Rio Grande do Norte sofreu significativa redução simultaneamente ao crescimento da população fora da força de trabalho. A recuperação, a partir do último trimestre de 2020, apresenta-se muito tênue, implicando na não redução significativa da população desocupada e seu aumento no segundo trimestre de 2021. Uma análise sucinta nos mostra, por meio das linhas de tendências, que o quadro tende a permanecer insatisfatório para a população, que não encontra ocupação nos níveis adequados para redução da desocupação, havendo assim uma presença massiva de pessoas fora da força de trabalho e que se amplia no período em análise.

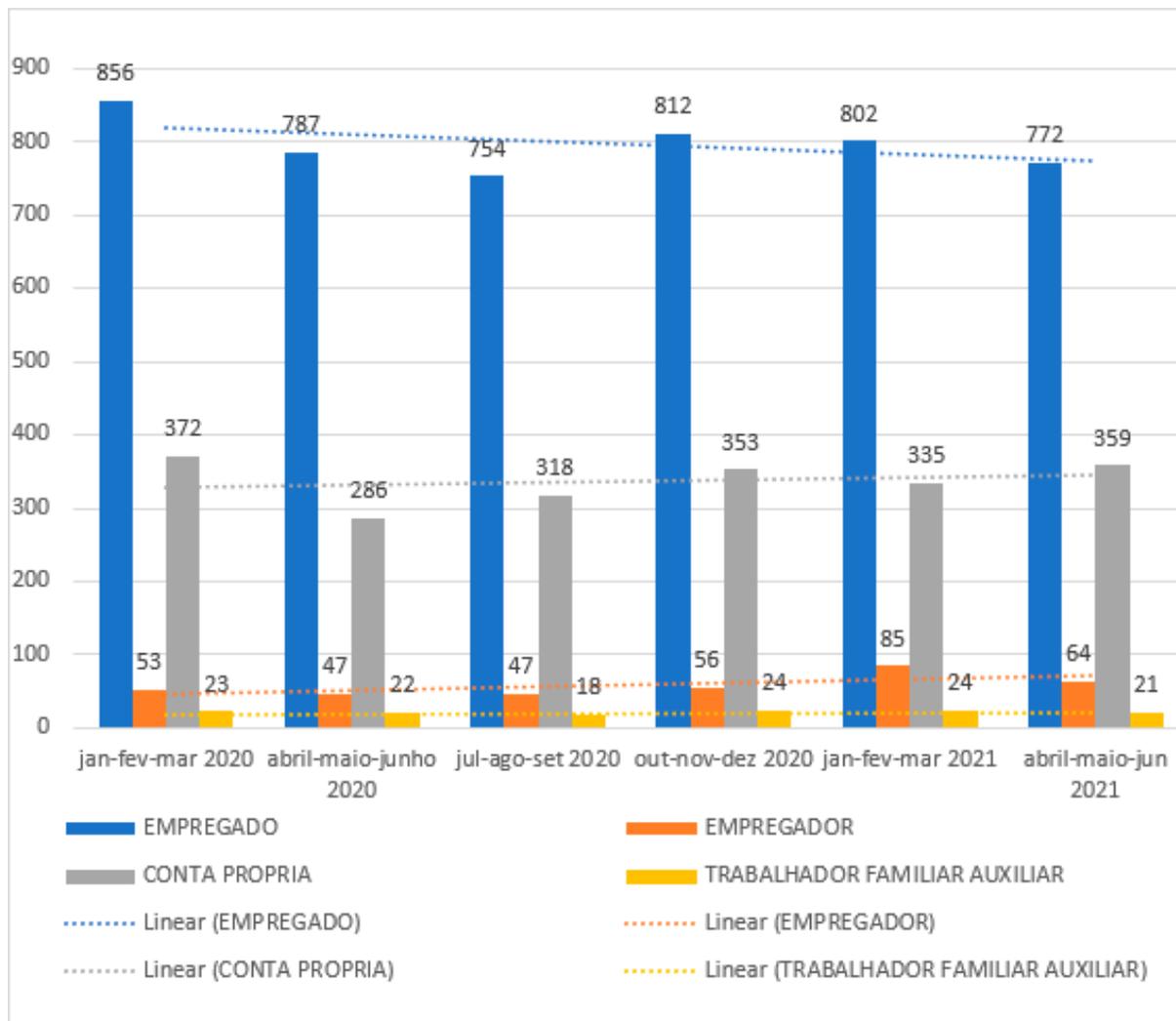
Gráfico 34 - População com 14 anos ou mais segundo a participação na força de trabalho no Rio Grande do Norte (em 1,0 mil pessoas), 1º trimestre de 2020 – 2º trimestre de 2021



Fonte: IBGE/PNAD contínua. Elaboração própria.

Quando se observa a condição da população ocupada, constata-se que o número de empregadores rapidamente se recuperou, ou seja, ampliou sua participação na população ocupada, enquanto os empregados não recuperaram o volume que apresentavam no início de 2020, apresentando redução de quase 10%, quando se compara o segundo trimestre de 2021 com o primeiro do ano anterior. Ressalte-se, com base na linha de tendência, um declínio no número da população ocupada empregada, ensejando maiores dificuldades na obtenção de ocupações remuneradas. Os trabalhadores por conta própria, que apresentaram redução no número de pessoas ocupadas no segundo trimestre de 2020, apresentam uma tendência de ampliação da sua presença no mercado de trabalho, embora não tenham alcançado o mesmo volume do início de 2020.

Gráfico 35 - População com 14 anos ou mais ocupada segundo a condição na força de trabalho no Rio Grande do Norte (em 1,0 mil pessoas), 1º trimestre de 2020 – 2º trimestre de 2021

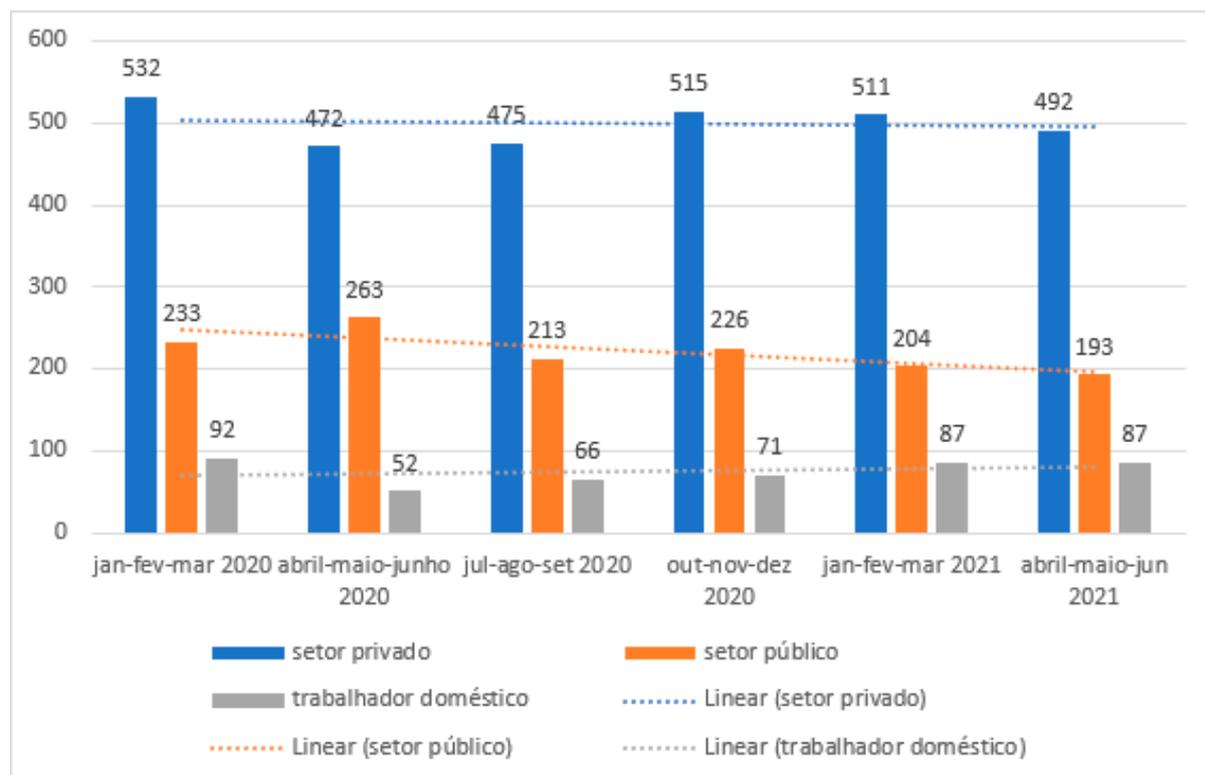


Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração própria.

Detalhando um pouco mais a situação da população potiguar ocupada, segundo os dados da PNAD Contínua, constata-se que o setor privado começou a recuperar os postos de trabalho no segundo semestre de 2020. Inicialmente de forma muito tênue, mas se fortalecendo no último trimestre de 2020. O segundo trimestre de 2021 apresentou níveis mais baixos do que o último de 2020, mas ainda positivo em relação aos declínios ocorridos no início da pandemia. Diferente do setor privado, que enseja alguma recuperação no fim de 2020 e início de 2021, o setor público começou a apresentar perdas no volume de ocupação apenas no segundo semestre de 2020, com tendências contínuas de perdas, mesmo em 2021. Assim, constatam-se as tendências divergentes entre o setor privado, que se recupera parcialmente no segundo semestre de 2020, enquanto declina os números de ocupados do setor público.

As ocupações do trabalho doméstico perseguem caminho similar às ocupações no setor privado. Depois de apresentar perdas profundas entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020, recupera-se rapidamente nos trimestres seguintes, mesmo não alcançando o volume do primeiro trimestre do referido ano.

Gráfico 36 - População com 14 anos ou mais segundo o setor ocupado na força de trabalho no Rio Grande do Norte (em 1,0 mil pessoas), 1º trimestre de 2020 – 2º trimestre de 2021



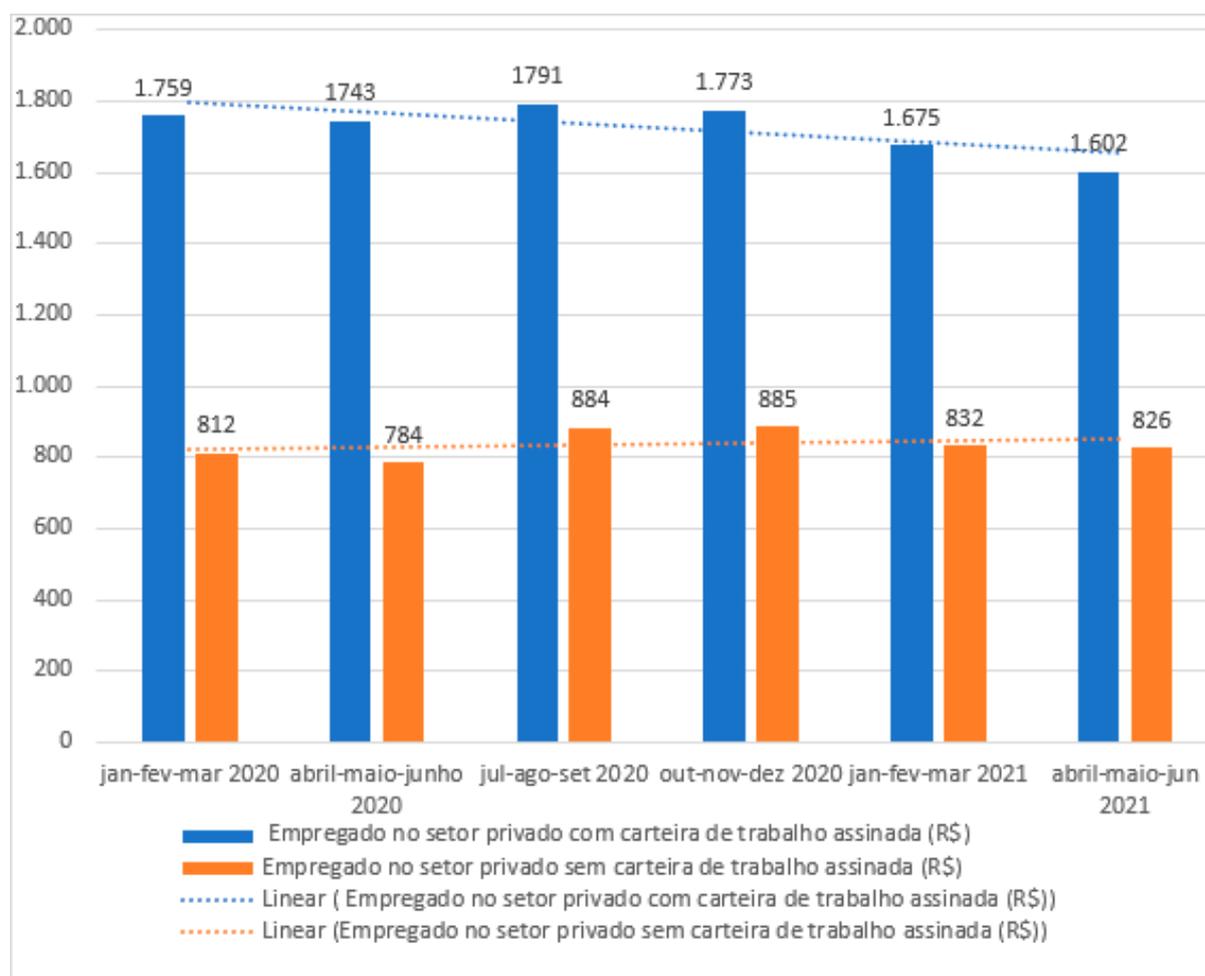
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração própria.

Quanto aos rendimentos médios reais do trabalho principal, habitualmente recebidos por mês, das pessoas ocupadas, constata-se que esses sofreram um declínio no período analisado, repercutindo na massa de rendimentos reais habitual dos trabalhadores ocupados no Rio Grande do Norte (ver Gráfico 37). Os empregados do setor privado, com carteira assinada, apresentaram sensível redução dos rendimentos médios, reflexo do crescimento da desocupação e da Medida Provisória 1045/21, que instituiu o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, permitindo às empresas realizarem acordos para redução de jornada e salário de funcionários ou a suspensão dos contratos de trabalho. Esse novo programa implicou em cortes nos rendimentos da classe trabalhadora assalariada. No período em análise, observa-se uma tendência de queda nos rendimentos médios habituais, o

que implica na impossibilidade de retorno mais célere do consumo das famílias, repercutindo em reduzidas taxas de crescimento da economia.

Por outro lado, os empregados no setor privado sem carteira de trabalho, lograram crescimento no rendimento médio real, no segundo semestre de 2020. Mesmo que no primeiro e segundo trimestre de 2021 tenha ocorrido um declínio, os níveis alcançados ainda são superiores aos do primeiro semestre de 2020, período de acirramento da pandemia. Destaca-se que essa sucinta recuperação não sana as perdas do setor privado com carteira de trabalho assinada, que são maiores em magnitude e densidade. Em outras palavras, os ganhos em rendimentos dos trabalhadores sem carteira não superam as perdas dos trabalhadores com carteira.

Gráfico 37 - Rendimentos médios reais do trabalho principal, habitualmente recebidos por mês, das pessoas ocupadas com 14 anos ou mais, segundo o setor ocupado na força de trabalho no Rio Grande do Norte (em R\$), 1º trimestre de 2020 – 2º trimestre de 2021



Fonte: IBGE/PNAD Continua. Elaboração própria.